

Notícias Federais

Assuntos Econômicos	5
<i>Sondagem da CNI indica ritmo fraco da indústria</i>	5
<i>Consumidor está menos confiante, aponta CNI</i>	6
<i>Senado aprova compensação a estados e municípios por exportações</i>	6
<i>Armando Monteiro diz que 'presença avassaladora' de importados está desestabilizando a indústria nacional</i>	7
<i>CCJ aprova política nacional de combate à falsificação de remédios</i>	8
<i>Paulo Paim cobra medidas em favor da competitividade da indústria têxtil</i>	9
<i>Projeto torna obrigatório estepe de tamanho igual ao dos pneus do carro</i>	10
<i>México aceita revisar acordo automotivo com Brasil</i>	10
<i>Proposta exige reconhecimento de firma para que atestado médico seja validado</i>	11
Infraestrutura	12
<i>Projeto reduz custos de energia elétrica por meio de incentivo fiscal</i>	12
Meio Ambiente	12
<i>Relator acredita que discussão política sobre Código Florestal está encerrada</i>	12
<i>Proposta susta decreto sobre zoneamento de cana-de-açúcar</i>	14
<i>Comissão Especial da Câmara discute mineração em terras indígenas</i>	14
<i>Proteção do meio ambiente poderá ser considerada serviço voluntário</i>	15
<i>Representação no Parlasul aprova criação de política nacional de biocombustíveis</i>	16
Tributos	17
<i>Senado aprova regime tributário especial para indústria de Defesa</i>	17

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

<i>Brasil e Alemanha vão discutir novo acordo para eliminar bitributação</i>	20
<i>Desoneração ou aumento da carga tributária?</i>	21
<i>Carro elétrico poderá ter isenção de IPI por dez anos.....</i>	23
Política Social.....	24
<i>BNDES aprova R\$ 1,5 bi para qualificação de mão de obra na indústria</i>	24
<i>Educação para o trabalho</i>	25
<i>Paulo Davim apoia projeto que torna crime venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.....</i>	25
Questões Institucionais.....	26
<i>Dilma enfrenta desafios na Câmara após cortar emendas.....</i>	26
<i>Proposta obriga candidato a prefeito a morar no município pelo qual concorre</i>	27
Relações de Trabalho.....	28
<i>Projeto concede licença paternidade de 180 dias no caso de morte da mãe</i>	28
<i>Projeto estabelece folga de um dia por ano para trabalho comunitário</i>	28
<i>Empresa que pagar menos por trabalho de mulher poderá ser multada.....</i>	29
<i>Pagamento de abono salarial não sacado pelo trabalhador deverá ser assegurado.....</i>	29
<i>Consulta a cadastro de crédito para contratação de empregado vai a debate</i>	30
<i>Modelo sindical brasileiro é arcaico e inconveniente.....</i>	31
<i>Dois temas recentes têm polarizado as discussões no mundo do trabalho</i>	31
<i>Empresas contestam auxílio acidentário.....</i>	32
<i>Declaração da RAIS pode ser entregue até 9 de março"</i>	33

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos.....	35
<i>FIEP e centrais sindicais definem estratégias para mobilização conjunta contra desindustrialização.....</i>	<i>35</i>
<i>BRDE oferece linhas de crédito especiais para o setor moveleiro.....</i>	<i>36</i>
<i>Junta Comercial prorroga prazo para que empresas atualizem cadastro.....</i>	<i>37</i>
<i>Projeto estabelece normas para o transporte escolar.....</i>	<i>37</i>
<i>Paraná Business Collection ganha duas edições.....</i>	<i>38</i>
<i>Empresa curitibana treinada pelo Governo do Estado começa a exportar.....</i>	<i>41</i>
<i>Japão e Paraná debatem possibilidade de investimentos no Estado.....</i>	<i>42</i>
Infraestrutura.....	42
<i>Profissionais dizem que estrutura hoteleira de Curitiba é adequada.....</i>	<i>42</i>
<i>DER padroniza procedimentos para obras de edificação civil.....</i>	<i>43</i>
<i>Sanepar e Lactec apresentam em congresso práticas de eficiência energética.....</i>	<i>44</i>
Meio Ambiente.....	45
<i>Comissão de Meio Ambiente aprova projeto que proíbe uso do amianto no Estado.....</i>	<i>45</i>
Tributos.....	46
<i>ALEP dá autonomia para Richa negociar precatórios.....</i>	<i>46</i>
<i>Deputados aprovam projeto que determina a discriminação dos impostos em notas fiscais....</i>	<i>48</i>
<i>Proposta pretende reduzir ICMS para produtos farmacêuticos e de higiene.....</i>	<i>49</i>
<i>Veto ao projeto do IPVA é mantido na Assembleia.....</i>	<i>49</i>

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Política Social.....	50
<i>Veto a projeto de incentivo à cultura tem votação adiada</i>	<i>50</i>
Questões Institucionais.....	51
<i>Assembleia passa a contar com Centro de Apoio Legislativo</i>	<i>51</i>
<i>Cesar Silvestri Filho fala sobre mudanças no Regimento Interno da Assembleia</i>	<i>52</i>
Relações do Trabalho.....	53
<i>Saúde alerta sobre lesões causadas por movimentos repetitivos no trabalho</i>	<i>53</i>

Notícias Federais

Assuntos Econômicos

Sondagem da CNI indica ritmo fraco da indústria

A indústria brasileira começou 2012 em ritmo fraco e com estoques elevados, mas os empresários estão otimistas em relação à recuperação ainda no primeiro semestre.

De acordo com Sondagem Industrial divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a produção recuou em janeiro, mas em intensidade menor que a queda verificada em dezembro do ano passado. O indicador de produção ficou em 45 pontos, quinto mês consecutivo de retração. Valores abaixo de 50 indicam queda na atividade. O levantamento também mostra aumento de ociosidade na indústria. O uso da capacidade instalada continua abaixo do usual, em 41,7 pontos, menor valor desde 2009. O percentual médio de utilização caiu de 71% em dezembro para 69% em janeiro. "Estamos no momento mais fraco da produção industrial", afirmou o gerente-executivo da Unidade de Pesquisas da CNI, Renato da Fonseca.

Apenas o setor de derivados do petróleo apresentou crescimento da produção e uso da capacidade acima do usual em janeiro. A indústria de bebidas teve a maior piora nos dois indicadores em relação a dezembro.

Os estoques continuam acima do planejado pelos industriais, em nível pouco acima do apurado em dezembro, principalmente nos setores têxtil, de máquinas e equipamentos e de calçados. O número de empregados registrou nova queda em janeiro, com destaque para a indústria de vestuário.

Expectativas: Apesar desses resultados, as perspectivas dos empresários para demanda, exportações, compra de matéria-prima e emprego para os próximos seis meses melhoraram. O indicador passou de 56,2 pontos para 59,3 pontos.

Industriais de todas as regiões se mostram mais otimistas sobre todas essas variáveis em relação à sondagem anterior. A exceção é a avaliação das indústrias do Sudeste e Nordeste sobre as vendas externas, que ainda é pessimista, mas menos do que o verificado na pesquisa divulgada no mês passado.

Para a CNI, a tendência é de crescimento da atividade ao longo do semestre, mas essa recuperação deve demorar. Segundo a entidade, a indústria terá de reduzir a produção ainda mais para diminuir os estoques. E só depois poderá voltar a um ritmo de produção mais acelerado.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Fonte: Blog RT

Direito do Consumidor

Consumidor está menos confiante, aponta CNI

A confiança do consumidor diminuiu em fevereiro, afirma a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que divulgou a pesquisa Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec). O índice alcançou 112,8 pontos em fevereiro, ou seja, queda de 0,7% na comparação com janeiro, quando marcou 113,6 pontos.

O recuo interrompeu uma sequência de cinco meses sem queda do Inec. Entre agosto de 2011 e janeiro de 2012, inclusive, houve um crescimento moderado do índice, de 1,4%. Com a queda registrada este mês, o Inec encontra-se 2% abaixo do registrado em fevereiro do ano passado.

Para o economista da CNI Marcelo Azevedo, o declínio é pequeno e não pode ser traduzido como uma tendência. "Não dá para apostar nisso ainda", avalia. A pesquisa para a elaboração do Inec foi feita pelo Ibope entre os dias 9 e 13 de fevereiro, com 2.002 pessoas em todo o Brasil.

O Inec é composto por seis indicadores: inflação, expectativas de desemprego, situação financeira, endividamento, evolução da renda pessoal e compras de bens de maior valor.

O indicador que mede a expectativa de inflação subiu de 100,9 pontos, em janeiro; para 101,3 pontos, em fevereiro, representando maior preocupação do consumidor com o comportamento dos preços. O que mede a expectativa de desemprego caiu de 130,0 para 127,4 pontos, o que significa maior temor com a perda do emprego. Já o que mede a expectativa de renda pessoal caiu de 115,4 para 114,1 pontos. Sobre a situação financeira, o indicador caiu de 115,9 para 115,7 pontos. O indicador relativo a endividamento caiu de 107,2 para 106,5 pontos e o sobre compras de bens de maior valor recuou de 113,0 para 112,4 pontos.

Fonte: Blog RT

Comércio Exterior

Senado aprova compensação a estados e municípios por exportações

Os senadores aprovaram o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/2012, proveniente da Medida Provisória (MP) 546/11, que regulamenta o repasse de R\$ 1,95 bilhão a estados, ao Distrito Federal e aos municípios para fomento de exportações.

O relator revisor da matéria no Senado, Clésio Andrade (PR-MG), explicou que o repasse da União aos entes federados tem sido realizado desde 2004, como forma de compensar a isenção tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações. Parte dessa compensação está definida pela Lei Kandir (Lei Complementar 87/86), e outra parcela vem sendo definida anualmente.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Durante a discussão da matéria, os senadores José Agripino (DEM-RN), Álvaro Dias (PSDB-PR), Mário Couto (PSDB-PA) e Aécio Neves (PSDB-MG) manifestaram apoio à aprovação.

Álvaro Dias considerou, no entanto, os repasses tratados na MP insuficientes para atender as diversas necessidades dos estados brasileiros. Em sua avaliação o pacto federativo precisa ser urgentemente rediscutido no país, de modo a reabilitar a capacidade de investir dos estados. No mesmo sentido, Mário Couto considerou injusto o montante de recursos repassados pela União ao Pará.

- O governo federal com relação à Lei Kandir faz o que quer. Todo mundo sabe que os repasses aos estados não são os realmente devidos. A nação teria alguns milhões de dívida com o Pará se a Lei Kandir fosse realmente cumprida - disse Mário Couto.

Microempreendedores: Além da transferência de recursos, a MP também trata de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em operações de financiamento destinadas a microempreendedores individuais e produtores rurais localizados em municípios brasileiros atingidos por desastres naturais. A proposta eleva de R\$ 1 bilhão para R\$ 1,5 bilhão o limite definido para esse tipo de financiamento concedido pelo banco estatal.

A MP foi aprovada pela Câmara dos Deputados no início deste mês e sofreu apenas uma alteração, com relação ao texto original enviado ao Congresso pelo Executivo. Na Câmara, os deputados aprovaram emenda que determinou a divulgação dos contratos de financiamento beneficiados com a subvenção econômica concedida pelo BNDES.

Fonte: Agência Senado

Armando Monteiro diz que 'presença avassaladora' de importados está desestabilizando a indústria nacional

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) defendeu a aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/2010 que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. O senador afirmou que os produtos importados estão com uma presença "cada vez mais avassaladora" no Brasil, o que está prejudicando a produção nacional.

- O que se verifica é uma presença cada vez mais avassaladora dos produtos importados que vem ampliando a sua participação no suprimento do consumo doméstico. Essa participação alcançou no final do ano uma cifra de 22%, hoje é o que chamam os economistas de coeficiente de importação, o que significa dizer que essa presença forte do produto importado vem deslocando a produção nacional e subtraindo empregos em nosso país - afirmou.

Armando Monteiro disse que a indústria nacional "cresceu muito pouco" em 2011, ficando praticamente estagnada.

- Temos a mais importante plataforma manufatureira da América Latina, não podemos voltar a ser apenas exportadores de matérias primas, de *commodities* agrícolas e minerais. A indústria manufatureira e de transformação vem sendo desmontada no Brasil - alertou.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Para Armando Monteiro, a aprovação do projeto vai corrigir as alíquotas estaduais, atenuando a chamada "guerra fiscal". Ele reconheceu, no entanto, que "mecanismos compensatórios" podem ser necessários para que a população de determinados estados mais voltados para a exportação não seja prejudicada, pois suas arrecadações tributárias serão diminuídas.

Em apartes, os senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Wellington Dias (PT-PI) afirmaram que o projeto precisa ser debatido com mais profundidade pelos senadores.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Ferraço disse duvidar que a aprovação do projeto traga contribuições positivas para o país. Ele defendeu o Espírito Santo dizendo que as importações e exportações realizadas por meio dos portos capixabas são responsáveis por um terço da arrecadação de ICMS do estado. Ele disse que a estrutura portuária é tão importante para o Espírito Santo quanto a Zona Franca de Manaus é importante para o estado do Amazonas.

Wellington Dias disse que os interesses dos empreendedores e dos consumidores brasileiros precisam ser levados em conta durante a discussão da matéria. Tanto Armando Monteiro quanto os senadores que o apartearam concordaram que as comissões permanentes do Senado devem debater o tema com profundidade, em audiências públicas e em reuniões conjuntas.

Fonte: Agência Senado

Política Industrial

CCJ aprova política nacional de combate à falsificação de remédios

Preocupado com o crescimento do comércio de medicamentos falsificados, o senador Humberto Costa (PT-PE) apresentou projeto de lei (PLS 162/11) para instituir a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável à matéria, elaborado pelo senador Anibal Diniz (PT-AC).

Além da repressão à produção de remédios piratas, a iniciativa também visa o combate à falsificação de alimentos (inclusive bebidas), suplementos alimentares, cosméticos, cigarros, materiais médico-hospitalares e odontológicos, entre outros produtos.

Ainda de acordo com o projeto, deve ser reprimida a pirataria de produtos sujeitos à vigilância sanitária, o que inclui fabricação, distribuição e comércio de produtos falsificados, corrompidos, adulterados, sem registro, em desacordo com a fórmula constante do registro, de procedência ignorada ou quando fabricados ou vendidos por empresas não autorizadas.

A proposta aprovada também modifica a Lei nº 10.446/02 para incluir "condutas de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais" como crimes passíveis de investigação pela Polícia Federal.

"Fenômeno antigo": Humberto Costa admitiu que a pirataria de medicamentos é "fenômeno antigo", mas chamou atenção para o aumento dessa prática, especialmente por causa da procura

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

por remédios para tratamento de disfunção erétil, de obesidade e por anabolizantes. Assim, considera urgente a adoção de mecanismos para o enfrentamento da situação, "que oferece grave risco sanitário para a população, pois, diferentemente de outros produtos, medicamentos falsificados são potencialmente letais", segundo assinalou.

- A grande maioria das pessoas não tem noção da gravidade e da intensidade com que esse problema acontece e da incapacidade para se estabelecer fiscalização e punição adequadas para desestimulá-lo. Falo de um crime que talvez seja o mais covarde, pois as pessoas não têm noção de que consomem um produto inadequado, que não tem eficácia - observou Humberto Costa, lembrando da apreensão pela Vigilância Sanitária, tempos atrás, de "pílulas de farinha" vendidas como anticoncepcional.

O parlamentar destacou, no projeto, ações já implementadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), como identificação de fábricas clandestinas, destruição de produtos piratas e interdição de pontos de venda dos produtos. Mas acredita ser necessário intensificar a articulação e cooperação interinstitucional, de forma a "consolidar os resultados obtidos e permitir fazer os avanços ainda necessários".

Ação articulada: Humberto Costa disse ainda que apreensões de produtos falsificados são feitas tanto pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária como pelas polícias Federal, Rodoviária e Civil, além da Receita Federal. Para ele, a implementação de uma política nacional possibilitará a articulação do trabalho desses órgãos, de forma a sistematizar as informações, dando maior eficiência ao combate à pirataria.

Ao concordar com a medida, Anibal Diniz ponderou que tais práticas "não raro ultrapassam os limites dos Estados e exigem repressão uniforme". O relator apenas ofereceu uma emenda de redação ao texto.

Após a leitura do parecer, o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), ressaltou a importância da iniciativa em defesa da vida. Seus comentários foram reforçados pelos senadores Demóstenes Torres (DEM-GO), Romero Jucá (PMDB-RR), Pedro Taques (PDT-MT), Marta Suplicy (PT-SP) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

O projeto seguirá agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será analisado de forma terminativa.

Fonte: Agência Senado

Paulo Paim cobra medidas em favor da competitividade da indústria têxtil

Em pronunciamento o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a adoção de medidas que favoreçam a competitividade da indústria têxtil, que, segundo ele, já apresenta um déficit milionário na balança comercial.

Paim afirmou que algumas medidas já deveriam ter sido adotadas para estimular a competição e geração de empregos no setor, a exemplo de uma reestruturação da carga tributária, que atualmente favorece a concorrência desleal com produtos importados.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Há 20 anos o setor têxtil sofre com a entrada de produtos estrangeiros no país, disse Paim, ressaltando que as importações da China já cresceram 46% no setor, que em 2011 registrou corte de 20 mil empregos e um déficit de US\$ 4,5 milhões, o maior desde 2006.

Paim disse que é preciso fazer um movimento para fortalecer não só o setor têxtil, mas também os segmentos moveleiro, calçadista e tecnológico. O senador lembrou ainda que está para ser votado no Senado o Projeto de Resolução 72/2010, que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Fonte: Agência Senado

Projeto torna obrigatório estepe de tamanho igual ao dos pneus do carro

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3214/12, do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), que torna obrigatório – em veículos novos, nacionais e importados, comercializados no País – estepe com dimensões idênticas às das outras rodas e pneus do carro.

Segundo o autor, a indústria automobilística tem adotado a prática de equipar os veículos com rodas e pneus sobressalentes com dimensões diferentes das demais rodas e pneus do carro.

“Esse procedimento, além de suscitar dúvidas relativas à segurança do veículo que, em caso de emergência, tráfegará com três pneus iguais e um diferente, certamente causará prejuízos ao consumidor que necessitar substituir uma roda ou pneu avariado pelo estepe”, explica o deputado.

Caso descumpra a medida, o fornecedor deverá pagar ao consumidor multa de 10% do valor do veículo no prazo máximo de 30 dias, a contar da data em que for notificado da irregularidade.

Tramitação: O projeto ainda será distribuído para análise das comissões técnicas da Câmara.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

México aceita revisar acordo automotivo com Brasil

O México aceitou iniciar a revisão do acordo automotivo solicitada pelo governo brasileiro, após um grande aumento no déficit comercial para o Brasil, informou Rogelio Granguillhome, secretário de Relações Econômicas e de Cooperação Internacional do ministério das Relações Exteriores.

"Concordamos em iniciar a revisão do Acordo de Complementação Econômica com a ideia de, nas próximas semanas, ter uma conclusão dos trabalhos", declarou Granguillhome em uma entrevista por telefone à imprensa mexicana no Brasil.

A chanceler mexicana Patricia Espinosa e o secretário de Economia Bruno Ferrari se reuniram com o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, e o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, para buscar uma solução à divergência comercial no setor automotivo.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Granguillhome destacou que o mais importante das conversas foi a preservação da vigência do acordo, assinado pelos dois países em 2002, e recordou que negociação acontece após uma advertência do governo do Brasil de "denunciar o acordo" se não fosse submetido a uma revisão bilateral.

O governo brasileiro anunciou no início do mês a intenção de revisar o acordo de comércio automotivo ante um saldo comercial totalmente negativo para o Brasil.

Granguillhome explicou que o Brasil solicitou mecanismos flexíveis com um novo procedimento de regras de origem e a inclusão no acordo comercial da indústria de caminhões e tratores.

Atualmente o acordo permite importações de carros, peças e partes de veículos do México com redução de impostos.

De acordo com a imprensa brasileira, as importações de carros do México aumentaram quase 40% ano passado, enquanto as exportações registraram queda na mesma proporção, a 400 milhões de dólares. Assim, o déficit para o Brasil seria de 1,7 bilhão de dólares.

O intercâmbio comercial bilateral entre Brasil e México alcança 8,5 bilhões de dólares e 40% do mesmo corresponde ao setor automotivo.

Fonte: Blog RT

Política Pública

Proposta exige reconhecimento de firma para que atestado médico seja validado

A Câmara analisa projeto que estabelece a exigência de reconhecimento de firma para que atestados e laudos médicos sejam validados. A proposta (Projeto de Lei 3168/12), do deputado Manato (PDT-ES), abrange os atestados por doença acima de cinco dias; repouso à gestante; acidente de trabalho; de aptidão física; sanidade física e mental; e para amamentação e fins de interdição; e de internação hospitalar.

Pelo projeto, os hospitais, clínicas e demais estabelecimentos de assistência à saúde deverão dispor de setor próprio para validar gratuitamente os atestados e laudos médicos fornecidos em suas dependências, nos casos em que o reconhecimento em cartório não seja exigido. Ficam isentos da exigência os atestados fornecidos pelos profissionais de saúde que atuam no próprio local de trabalho do paciente.

Falsificação preocupa: “Até aqui, os atestados médicos têm sido documentos que não exigem maiores formalidades nem compromisso legal, ficando o médico, logicamente, no dever de nunca falsear a verdade; da parte dos médicos, esse compromisso tem sido cumprido praticamente sem exceções, mas o problema é o outro lado”, argumenta o deputado.

Manato afirma que, a cada dia, aumentam as preocupações na polícia, na classe médica e entre os empregadores, em relação ao aumento da falsificação de laudos médicos, pelos mais variados motivos. “Muita coisa mudou na sociedade: universidades oferecem vagas para portadores de deficiência; há também reserva de vagas para deficientes em concursos públicos. Essas

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

deficiências devem ser atestadas, e aí surge a oportunidade da falsificação”, alerta o autor do projeto.

Tramitação: O projeto ainda será distribuído às comissões da Câmara.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Infraestrutura

Energia

Projeto reduz custos de energia elétrica por meio de incentivo fiscal

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3172/12, do deputado César Halum (PSD-TO), que exclui as receitas decorrentes da prestação de serviços de energia elétrica do regime de incidência não cumulativa do PIS/Pasep e da Cofins.

O regime de incidência não cumulativa tem como fato gerador o faturamento mensal da pessoa jurídica. Nesse regime, as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins são, respectivamente, 1,65% e 7,6%.

Já no regime de incidência cumulativa, a base de cálculo é o total das receitas da pessoa jurídica, sem deduções em relação a custos, despesas e encargos. Nesse regime, as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins são, respectivamente, de 0,65% e 3%.

O objetivo da proposta é reduzir os custos dos serviços de energia elétrica no País. “As elevadas tarifas vigentes reduzem a competitividade de nossas indústrias, oneram as atividades comerciais e dificultam o acesso a um serviço essencial ao bem-estar e progresso de milhões de brasileiros”, observa César Halum.

A proposta altera leis tributárias federais (Lei 10.637/02 e Lei 10.833/03).

Tramitação: O projeto terá análise conclusiva das comissões de Minas e Energia; de Finanças e Tributação (inclusive quanto ao mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Meio Ambiente

Relator acredita que discussão política sobre Código Florestal está encerrada

Após reunião com líderes partidários, o relator do novo Código Florestal (PL 1876/99), deputado Paulo Piau (PMDB-MG), garantiu que a discussão política está encerrada e apresentará seu relatório até segunda-feira (5). Com isso, o parlamentar acredita que há condições para começar

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

a votação já no dia seguinte, terça-feira (6). “Nossa margem para mexer no texto não é grande, vai ser fácil analisar a proposta do relator”, assegurou o relator.

O relator não adiantou o que pretende incluir ou descartar do texto, mas disse que “o grande problema” continua sendo relativo às chamadas áreas consolidadas – áreas produtivas em locais que deveriam ser de preservação ambiental. “Há um grande grupo de deputados que gostaria de ver a emenda 164 de volta. Evidentemente isso entrará em discussão, e vamos ver a possibilidade que tem de retornar”, afirmou.

Produção em áreas de preservação: A emenda 164 foi apresentada pelo PMDB durante a votação do projeto na Câmara no ano passado e garante a continuidade de todas as atividades produtivas em áreas de preservação. Os critérios ambientais, nesse caso, seriam estabelecidos nos planos de regularização ambiental, criados pelos estados e pela União.

De acordo com o relator, possivelmente o retorno desse dispositivo não será possível devido a impedimento regimental, porque seu conteúdo foi diluído ao longo de diferentes artigos no Senado. “Se for vetado pelo regimento, o assunto está liquidado, se não, o embate vai para o Plenário”, acrescentou.

Aprimoramento: O deputado considera que a Casa revisora aprimorou o texto aprovado na Câmara em muitos pontos. O maior acerto do substitutivo do Senado, para o relator, foi a separação em disposições permanentes e transitórias. Em sua concepção, na parte permanente da nova lei “o ambiente será enorme”. “Quem definirá o que fazer em uma propriedade não vai ser um técnico do setor rural, mas um técnico do Sismana [Sistema Nacional de Meio Ambiente], que vai emitir toda autorização de uso”, ressaltou Piau.

No que se refere às áreas de preservação permanente (APPs) de margens de cursos d’água, o relator considera positiva a definição das larguras mínimas e máximas de matas ciliares para rios com mais de dez metros de largura – entre 30 e 100 metros.

O substitutivo da Câmara prevê apenas que, para rios de até dez metros, o proprietário teria de recuperar, no mínimo, 15 metros de vegetação. “Não tinha previsão de teto, com isso a insegurança jurídica seria maior que com o texto que o Senado fez”, defende Piau.

Revisão: Com relação a notícias de que haveria acordo para que o novo código seja revisado em cinco anos, Piau explicou que regimentalmente não é possível fazer essa previsão no texto. Pelo regimento do Congresso, nessa etapa, em que um texto foi aprovado na Câmara e outro no Senado, o relator não pode inserir conteúdo novo no projeto.

Entretanto, ele considera positiva a construção de um acordo político para que essa reavaliação ocorra no futuro. “Não é possível medir a repercussão das mudanças hoje. A partir do momento de sua execução é que vamos começar a sentir os problemas”. Segundo o relator, a medida deverá ser apresentada por meio de um novo projeto de lei.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Proposta susta decreto sobre zoneamento de cana-de-açúcar

O Projeto de Decreto Legislativo 543/12, em análise na Câmara, susta decreto presidencial de 2009 que aprovou o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. O autor do projeto, deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), argumenta que o decreto (6.961/09) exorbita o poder regulamentar do presidente da República previsto na Constituição.

O decreto indica as áreas com potencial agrícola para o cultivo da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional (CMN) o estabelecimento de normas para as operações de financiamento do setor sucroalcooleiro.

Queiroz afirma que, além de invadir a competência do Poder Legislativo, o decreto suprime o direito dos parlamentares e da sociedade de se manifestar sobre a proibição do plantio e do financiamento do cultivo da cana-de-açúcar nos biomas Amazônia, Pantanal e bacia do Alto Paraguai. O zoneamento excluiu esses biomas das áreas de expansão da cana-de-açúcar.

Segundo o deputado, um decreto presidencial destina-se apenas a esclarecer dispositivos legalmente previstos, por meio de normas complementares à lei já existente, garantindo sua execução. O parlamentar explica que, no caso do zoneamento agroecológico da cana, não existe lei e, por isso, o decreto deve ser sustado.

Atualmente, aguarda votação na Câmara um projeto de lei do Poder Executivo que estabelece diretrizes para o zoneamento da cana (PL 6077/09).

Tramitação: O PDC 543, sujeito à análise do Plenário, será analisado pelas comissões técnicas da Câmara.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Comissão Especial da Câmara discute mineração em terras indígenas

A Comissão Especial (CESP) da Câmara dos Deputados de Exploração de Recursos Minerais em Terras Indígenas realizou audiência pública com o Sr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), representando o Ministro Edson Lobão. A CESP deverá proferir parecer sobre o PL 1610/1996 (PLS 121/1995), que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas (artigos 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal).

Cláudio Scliar enfatizou que a pesquisa e exploração de recursos minerais em terras indígenas só podem ser realizadas mediante concessão da União, efetivadas por autorização do Congresso Nacional (CN), ouvidas as comunidades afetadas e garantida a sua participação nos resultados, na forma da lei. Portanto, é fundamental que o CN regule os diversos aspectos procedimentais da questão por meio desse projeto de lei, para que se resolva o impasse que se estende desde o marco constitucional de 1988. Destacou, ainda, que em Acórdão recente o STF, no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, reafirmou tacitamente que o

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

usufruto dos índios não abrange a exploração mineral, a qual sempre dependerá de autorização do CN.

Em seguida, apresentou o dado de que as terras indígenas ocupam 12% do território nacional e 25% da região Amazônica. Afirmou que, sem as potenciais reservas minerais em terras indígenas, a região já é a primeira ou segunda região produtora do país em vários minerais, tais como o caulim, a bauxita, o ouro, o diamante e o minério de ferro. Nas terras indígenas o potencial é igualmente elevado, como demonstram os levantamentos do Serviço Geológico Brasileiro e estudos das Superintendências Regionais do DNPM. Os requerimentos anteriores e os novos pedidos de direitos minerários nessas áreas estão sobrestados desde 1988, à espera da lei. Como resultado, prosperam garimpos ilegais (apresentou fotos ilustrativas) que causam degradação ambiental, maculam muitos e beneficiam poucos. Também de forma ilustrativa, comparou imagens do desmatamento mais extenso causado por outras atividades produtivas com aquele mais pontual da atividade minerária.

Dentre os pontos que o MME acredita que possam ser tratados no PL 1610/1996, destacou:

- (1) Que apenas pessoas jurídicas poderão requerer a concessão de direitos minerários, e que essa se dará por meio de licitação e resultará em um contrato (título) único para pesquisa e lavra (de forma similar ao que o MME proporá no novo marco regulatório da mineração);
- (2) Que devem ser asseguradas as oitivas das comunidades indígenas, porém, que a possibilidade de recusa por parte da comunidade indígena (constante do último substitutivo apresentado) deve ser mais bem discutida diante da competência constitucional exclusiva de autorização do CN;
- (3) Que, por interesse nacional, as concessões terão prazo determinado, diferentemente do que está previsto no Código de Mineração em vigor.

Concluiu afirmando que a regulamentação significará o aproveitamento das riquezas naturais não vivas presentes em terras indígenas, assegurando geração de renda e melhores condições de vida para as comunidades indígenas e para o País. Após os debates, ficou acordado que a CESP solicitará ao MME informações mais precisas sobre quais são efetivamente os depósitos minerais relevantes e em quais terras indígenas estariam potencialmente localizados.

Fonte: CNI

Proteção do meio ambiente poderá ser considerada serviço voluntário

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 3058/11, do deputado licenciado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que considera como serviço voluntário a atividade não remunerada de defesa e proteção do meio ambiente. A matéria altera a Lei 9.608/98, que trata do serviço voluntário.

Pela proposta, serviço social é a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos, de defesa e proteção do meio ambiente ou de assistência social.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Ribeiro ressalta que é importante que se conceda às entidades de defesa e proteção do meio ambiente a possibilidade de contar com o apoio de voluntários empenhados na busca do bem-estar geral, retirando-lhes obstáculos de ordem trabalhista ou previdenciária.

“Esta proposição vai ao encontro da Lei 9.608/98, que ora se pretende alterar, cujo objetivo principal é o de incentivar a colaboração dos cidadãos em áreas de elevado interesse social”, afirma.

Tramitação: O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Representação no Parlasul aprova criação de política nacional de biocombustíveis

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou o projeto de lei do Senado (PLS 219/10) que cria a Política Nacional de Biocombustíveis. O projeto, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, permite uma diferenciação das alíquotas do IPI de carros de acordo com a nova política.

O texto foi analisado pela representação brasileira porque modifica a nomenclatura comum do bloco em relação aos tipos de veículos.

Segundo o projeto, a alíquota do IPI sobre automóveis poderá ser estabelecida pelo governo a partir dos critérios de cilindrada do motor, da tecnologia que permita o uso de biocombustíveis, do consumo de combustível por km rodado, da emissão de gases poluentes e da capacidade de carga.

A proposta cria a Etiqueta de Eficiência Energética e Emissão de Gases Poluentes (EGP), que será obrigatória para todos os veículos montados no Brasil. Entre as medidas previstas está também a criação de um conselho interministerial dos biocombustíveis, que poderá propor políticas de incentivo ao setor.

O relator do projeto, deputado Roberto Freire (PPS-SP), apresentou parecer pela aprovação. Ele afirmou que a proposta poderá ampliar a inserção dos biocombustíveis na matriz energética brasileira e contribuir para o alto grau de independência energética do País.

Diretrizes: Segundo o projeto, a produção nacional de biocombustíveis seguirá as diretrizes de proteção ao meio ambiente, conservação da biodiversidade, utilização racional de recursos naturais e respeito à função social da propriedade, ao trabalhador e à livre concorrência.

A proposta determina que a Política Nacional de Biocombustíveis seja compatibilizada com a Política Nacional de Mudanças Climáticas. Para isso, um de seus objetivos será estimular a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa por meio do uso de biocombustíveis.

O parecer aprovado pela Representação Brasileira no Parlasul inclui duas emendas que suprimiram os artigos 15 e 16 do projeto. Esses artigos modificariam a Lei 9.478/97, que trata da

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Política Energética Nacional; e a Lei 9.847/99, que trata da fiscalização dos combustíveis. Segundo o relator, as modificações propostas já foram atendidas com a publicação da Lei 12.490/11, que alterou as duas leis anteriores.

Tramitação: O projeto será analisado por três comissões do Senado e, depois, será encaminhado para votação na Câmara.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Tributos

Senado aprova regime tributário especial para indústria de Defesa

O Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória 544/2011, que institui regras especiais para compra e contratação de produtos e sistemas de defesa para o país e cria regime especial de tributação, desonerando empresas do setor de encargos como o IPI e PIS/Cofins. O relator da matéria no Senado, senador Fernando Collor (PTB/AL), optou por ratificar o texto que havia sido aprovado na Câmara – na ocasião o relator foi pelo deputado Carlinhos Almeida (PT/SP). A medida provisória, que perderia eficácia no dia 8 de março, segue para sanção presidencial.

São inovações do PLV em relação à medida provisória original:

- Inclusão da prestação de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, destinados a empresas beneficiárias do RETID, entre as atividades que caracterizam uma pessoa jurídica como Empresa Estratégica de Defesa;
- Alteração na definição de “Inovação”, que ao invés de “introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo que resulte em novos PRODE” passa a ser “introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo de PRODE”;
- Duas novas definições: “Desenvolvimento” (concepção ou projeto de novo PRODE ou seu aperfeiçoamento, incluindo, quando for o caso, produção de protótipo ou lote piloto) e “Plano de Compensação” (documento que regula a especificidade de cada compromisso e permite controlar o andamento de sua execução);
- Permissão para que empresas que trabalham com o desenvolvimento de partes, peças e componentes possam ser beneficiadas pelo RETID, e não apenas as que produzem;
- Suspensão de PIS/Cofins e PIS/Cofins-Importação no caso de venda ou importação de projetos e pesquisas destinados a empresas beneficiárias do RETID; e
- Inclusão de produtos espaciais (satélites, veículos lançadores e veículos suborbitais) entre os produtos contemplados com os benefícios do Regime Especial para a Indústria Aeroespacial Brasileira – RETAERO (Lei 12.249/2010).

Ficam mantidas as principais disposições da Medida Provisória 544.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Assim, subordinam-se ao regime especial de compras, de contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e privadas, as sociedades de economia mista, os órgãos e as entidades públicas fabricantes de produtos de defesa e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Para os efeitos, são considerados:

Produto de Defesa (PRODE) – todo bem, serviço, obra ou informação, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo utilizado nas atividades finalísticas de defesa, com exceção daqueles de uso administrativo; Produto Estratégico de Defesa (PED) – todo PRODE que, pelo conteúdo tecnológico, pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade, seja de interesse estratégico para a defesa nacional, tais como: recursos bélicos navais, terrestres e aeroespaciais; serviços técnicos especializados na área de projetos, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico; e equipamentos e serviços técnicos especializados para a área de inteligência;

Sistema de Defesa (SD) – conjunto inter-relacionado ou interativo de PRODE que atenda a uma finalidade específica;

Empresa Estratégica de Defesa (EED) – toda pessoa jurídica credenciada pelo Ministério da Defesa mediante o atendimento cumulativo das seguintes condições: (i) ter como finalidade, em seu objeto social, a realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, prestação dos serviços de assistência técnica e transferência de tecnologia, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de PED no País, incluídas a venda e a revenda somente quando integradas às atividades industriais supracitadas; (ii) ter no País a sede, a sua administração e o estabelecimento industrial ou equiparado a industrial ou prestador de serviço; (iii) dispor, no País, de comprovado conhecimento científico ou tecnológico próprio ou complementado por acordos de parceria com Instituição Científica e Tecnológica para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, relacionado à atividade desenvolvida; (iv) assegurar, em seus atos constitutivos ou nos atos de seu controlador direto ou indireto, que o conjunto de sócios ou acionistas e grupos de sócios ou acionistas estrangeiros não possam exercer em cada assembleia geral, número de votos superior a $\frac{1}{3}$ do total de votos que puderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes; e (v) assegurar a continuidade produtiva no País.

Compra e contratação de produtos, de sistemas de defesa e de desenvolvimento de produtos de defesa - O Poder Público poderá realizar procedimento licitatório: destinado exclusivamente à participação de EED quando envolver fornecimento ou desenvolvimento de PED; destinado exclusivamente à compra ou contratação de PRODE ou SD produzido ou desenvolvido no País ou que utilize insumos nacionais ou com inovação desenvolvida no País; e que assegure à empresa nacional produtora de PRODE ou à ICT, no percentual e nos termos fixados no edital e no contrato, a transferência do conhecimento tecnológico empregado ou a participação na cadeia produtiva.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Especificidades do edital – constarão dos editais e contratos referentes a PED ou SD: regras de continuidade produtiva; regras de transferência de direitos de propriedade intelectual ou industrial; e regras que autorizem o Poder Executivo a dispor sobre criação ou alteração de PED que envolva ou não o País e capacitação de terceiros em tecnologia para PED.

Os critérios de seleção das propostas poderão abranger a avaliação das condições de financiamento oferecidas pelos licitantes. Além disso, poderá ser admitida a participação de empresas em consórcio, inclusive sob a forma de sociedade de propósito específico, desde que formalizada a sua constituição antes da celebração do contrato, observadas normas estabelecidas na Medida Provisória.

Pareceria Público-Privada para PRODE ou SD – as contratações de PRODE ou SD, e do seu desenvolvimento, poderão ser realizadas sob a forma de concessão administrativa a que se refere a Lei de Licitação e Contratação de PPP (Lei no 11.079/2004), observado, quando couber, o regime jurídico aplicável aos casos que possam comprometer a segurança nacional.

Incentivos para as Empresas Estratégicas de Defesa - As EED terão acesso a regimes especiais tributários e financiamentos para programas, projetos e ações relativos a bens de defesa nacional.

As operações de exportação de PRODE realizadas pelas EED poderão receber a cobertura de garantia do Seguro de Crédito à Exportação, por intermédio do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, compreendidas as garantias prestadas pela União em operações de seguro de crédito interno para a produção de PED.

Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID) – institui o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa, com validade de 5 anos, para:

- (a) a EED que produza partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas, ou preste os serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional definidos em ato do Poder Executivo; e
- (b) a pessoa jurídica que produza bens ou preste os serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, utilizados como insumo na produção de bens de defesa, desde que fornecedora das EDDs.

As micro e pequenas empresas não podem habilitar-se ao RETID.

Requisitos para habilitação ao RETID – a fruição dos benefícios do RETID condiciona-se ao atendimento cumulativo pela pessoa jurídica dos seguintes requisitos: credenciamento por órgão competente do Ministério da Defesa; prévia habilitação na Secretaria da Receita Federal do Brasil; e regularidade fiscal em relação aos impostos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Benefícios do RETID para peças, máquinas e equipamentos – no caso de venda no mercado interno ou de importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas, ficam suspensos PIS/Cofins e IPI (inclusive importação) quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. As suspensões convertem-se em alíquota zero: após o emprego ou utilização dos bens adquiridos ou importados

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

no âmbito do RETID, ou dos bens que resultaram de sua industrialização, na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional definidos no ato do Poder Executivo, quando destinados à venda à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo; e após exportação dos bens com tributação suspensa ou dos que resultaram de sua industrialização.

No caso de venda ou importação de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, destinados a empresas beneficiárias do RETID, fica suspensa a exigência de: PIS/Cofins incidentes sobre a receita de prestação de serviços efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País, quando prestados para pessoa jurídica beneficiária do RETID; e PIS/Cofins-Importação incidentes sobre serviços, quando importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do RETID.

Fonte: CNI

Brasil e Alemanha vão discutir novo acordo para eliminar bitributação

A presidente Dilma Rousseff e a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, vão discutir, na semana que vem, como desbloquear um acordo para evitar bitributação em matéria de impostos de renda e de capital, decisão que se arrasta há anos e pesa nos negócios bilaterais.

O impasse é importante, porque a Alemanha defende um modelo de acordo pelo qual a tributação se baseia no domicílio do investidor, enquanto a prática brasileira é que a taxação seja feita no local do investimento. A proposta alemã significaria para o Brasil perder bilhões de dólares de arrecadação, o que é considerado irrealista.

O governo brasileiro sinaliza que está aberto a uma negociação que atenda aos dois lados, levando em conta a importância estratégica do tema para a expansão da atividade econômica bilateral. Empresários brasileiros e alemães têm trabalhado para chamar atenção de Dilma e Merkel sobre o tema e esperam que, a partir de visita da presidente brasileira à Alemanha, possa haver algum movimento.

O Brasil e a Alemanha tinham um acordo para evitar bitributação que vigorou 30 anos, até ser suspenso (denunciado, na linguagem diplomática) em 2005 pelo governo social-democrata de Gerhard Schroeder.

Os socialistas de Berlim argumentaram na época que desejavam aplicar um acordo mais moderno, propondo o modelo da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que reúne os países desenvolvidos.

Para se ter uma ideia do que isso significa em termos de perda de arrecadação para o Brasil, basta ver que 1.300 empresas da Alemanha estão instaladas no país, incluindo todas as grandes companhias. O faturamento global dessas companhias representa algo em torno de 7% do PIB brasileiro.

Até agora, nenhum outro país denunciou acordo idêntico com o Brasil, entre eles os Holanda e Áustria, vizinhos da Alemanha. Segundo fontes, as grandes empresas alemãs estão tranquilas,

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

porque suas operações são feitas não diretamente entre matriz e a filial brasileira, mas por meio de subsidiárias instaladas em terceiros países.

Para o embaixador brasileiro em Berlim, Everton Vieira Vargas, os duplamente afetados pela falta do acordo são os executivos, que têm de pagar impostos tanto no Brasil como na Alemanha, e também as pequenas e médias empresas (PMEs). Segundo o embaixador, é uma situação difícil, porque a expansão das relações econômicas passa pelas pequenas e médias empresas, por exemplo com joint ventures, e será necessário o entendimento para evitar a bitributação.

As pequenas e médias empresas alemãs criam 90% dos empregos no país e querem entrar no mercado brasileiro de 200 milhões de habitantes, na estratégia de ocupar novos mercados. Ainda mais que o mercado alemão, de 80 milhões de habitantes, está diminuindo, com perda líquida de população e, portanto, de consumidores.

A participação alemã no total de investimentos diretos estrangeiros no Brasil vem declinando. O país passou de terceiro maior investidor em 2001 para 13º em 2011. No ano passado, em todo caso, várias companhias anunciaram investimentos importantes no país.

A Volkswagen anunciou projeto de US\$ 2 bilhões, provavelmente em Pernambuco, a Basf, investimento de US\$ 910 milhões na área de ácido acrílico, a ZF outros US\$ 420 milhões em autopeças, e a E.ON, investimento de US\$ 450 milhões, numa joint venture com a MPX, de Eike Batista.

Além disso, a Würth anunciou investimentos de US\$ 300 milhões na área de ferramentas e produtos químicos, a Enecon, US\$ 238 milhões em energia eólica, e a Linde, US\$ 131 milhões na área de gás. A Siemens, por sua vez, destinará US\$ 50 milhões para um laboratório no Parque Tecnológico da Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pode abrir novas oportunidades aos investidores alemães. Como o resto do mundo, o empresariado alemão tem grande interesse em participar, em particular, dos projetos de infraestrutura previstos no Brasil para a Copa de Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

O interesse pela assinatura de um acordo para evitar bitributação agora também é das empresas brasileiras, devido à internacionalização. As principais empresas brasileiras presentes na Alemanha são Sadia, Itaú, Banco do Brasil, TAM, Sabó (atua no mercado alemão sob o nome Kako), Tupy e Votorantim.

No ano passado, a Braskem adquiriu duas fábricas de polipropileno na Alemanha. Este ano, a CSN anunciou a compra da siderúrgica alemã Stahlwerk Thüringen, investimento estimado em US\$ 635 milhões.

No setor privado, certas fontes dizem que o Brasil não quer abrir mão de nada. Acha que as empresas estrangeiras prefeririam pagar os impostos no país de origem, porque seriam mais baixos que no Brasil, o que melhoraria a competitividade no mercado brasileiro. Negociadores admitem que será preciso muita vontade política e determinação para conciliar os interesses.

Fonte: Blog RT

Desoneração ou aumento da carga tributária?

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

A desoneração das contribuições previdenciárias patronais das empresas de tecnologia da informação, calçados, confecções e móveis, prevista no pacote tributário Plano Brasil Maior, para o período entre 2011 e 2014, revela preocupação salutar do governo brasileiro em criar mecanismos capazes de resgatar a competitividade da indústria nacional. Certamente toda ação que venha propor a simplificação e a redução da carga tributária no Brasil será sempre bem-vinda.

Entretanto, a Medida Provisória 540/2011, contendo o novo pacote de benefícios fiscais, revela grande desconhecimento sobre a realidade de cada segmento contemplado e contém armadilhas que poderão, inclusive, onerar mais as empresas. Assim como ocorre com o Simples Nacional, regime tributário desejado pela grande maioria dos contribuintes, mas que nem sempre é a melhor opção para a redução da carga de tributos, a nova metodologia pode trazer o efeito inverso quando analisada na ponta do lápis.

Estudos realizados pelo Sescon-SP apontam que a proposta do governo - de substituir a contribuição patronal sobre a folha de pagamentos por uma tributação de 1,5% sobre o faturamento bruto das empresas - somente promoverá a redução da carga tributária caso o valor destinado aos salários e encargos sociais ultrapassasse 10% da receita total da organização. Um percentual menor surtiria efeito contrário: o aumento dos custos.

Prova disso é a negativa do setor moveleiro em integrar o projeto piloto do governo, pois se constatou que a mudança traria efetivamente mais ônus para essas indústrias, que são 15,5 mil em todo o país e empregam mais de 290 mil pessoas, de acordo com estudo do Instituto de Estudos e Marketing Industrial. A alta tecnologia presente hoje em seu parque produtivo explica o impacto negativo da medida, pois os modernos equipamentos têm ajudado a reduzir os custos com folha de pagamentos. Nesse contexto, para que pudesse resultar benéfica, a MP deveria trazer para o segmento alíquota máxima de 0,75% sobre os gastos com mão de obra, caso contrário, o empresário terá mais vantagem se continuar recolhendo os 20% do INSS.

Já no setor de softwares, a medida valerá a pena somente junto aos empregadores que dispenderem pelo menos 13% de seu faturamento com recursos humanos. Fica clara, dessa forma, a falta de conhecimento do governo sobre a sistemática empregada em cada setor contemplado pela MP e até mesmo sobre as diferenças existentes entre eles. A criação do novo tributo deverá privilegiar um universo bastante restrito de organizações brasileiras, que têm extensa folha de pagamentos e não necessitam de mão de obra especializada. Esmagador número de empreendimentos do país, que realmente precisam de estímulos para gerar mais empregos, ou será prejudicado ou não está contemplado no projeto.

Mais uma vez o governo perde a chance de adotar medidas articuladas a uma estratégia macroeconômica do resgate da competitividade da indústria brasileira, de atacar de maneira efetiva um de seus maiores entraves, o custo da mão de obra. Segundo estudos divulgados este ano pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), os encargos sobre a folha de salários no Brasil revelaram-se superiores a 34 países analisados. Eles representam, entre nós, 32,4% dos custos com mão de obra, contra a média de 21,4% dos demais países, ou de 14,7% de Taiwan e 17% da Coreia do Sul e Argentina.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Logo, cabe ao menos uma sugestão para essa MP: que o ingresso ao novo método seja opcional aos setores contemplados, dando oportunidade a que os empreendedores façam suas contas e optem pelo melhor regime. De qualquer forma, reitera-se aqui que medidas isoladas ou paliativas não resolvem a séria problemática da deficiência da estrutura tributária brasileira. Sufocada por uma carga próxima dos 40% do Produto Interno Bruto, a economia sofre com a competitividade internacional, principalmente a asiática, cujos países, além de terem menos encargos oficiais, ainda se utilizam de métodos não muito éticos na empregabilidade.

Além disso, o emaranhado burocrático imposto, com um número excessivo de obrigações acessórias, multas exorbitantes atreladas a ele e uma inconstante legislação e insegurança jurídica, fazem o cenário ainda mais caótico para as empresas nacionais.

Simplificação e redução da carga tributária são hoje itens de sobrevivência para o empreendedorismo brasileiro, o que exige inevitavelmente a promoção de reforma que leve em conta a realidade de cada segmento, se adapte à especialização e novas formas de relações de trabalho e gere tributação mais equânime, que impulse o crescimento e ainda possibilite o retorno da arrecadação em benefícios sociais e em qualidade dos serviços destinados à sociedade.

O Brasil precisa crescer. E esse desenvolvimento passa inevitavelmente por uma lupa mais apurada sobre nossa economia e nossos valentes empreendedores.

* Contador, presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo e da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo

Fonte: Blog RT

Impostos

Carro elétrico poderá ter isenção de IPI por dez anos

Os veículos híbridos ou elétricos de fabricação nacional poderão ficar isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pelo prazo de dez anos. É o que estabelece projeto de lei do Senado (PLS 255/2010).

De autoria do ex-senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), o projeto também prevê isenção do Imposto de Importação por dez anos para as peças importadas para a fabricação desses carros, quando não houver peças similares nacionais. Na justificativa do projeto, o autor diz que "o desenvolvimento de veículos automotores elétricos tem sido considerado estratégico, tendo em vista que esse tipo de veículo reduz drasticamente a poluição local do ar e a poluição sonora. Isso será tão mais verdadeiro quanto maior for a participação de fontes renováveis na matriz de energia elétrica".

O projeto tem o apoio do relator, senador Gim Argello (PTB-DF).

Fonte: Agência Senado

Política Social

Educação

BNDES aprova R\$ 1,5 bi para qualificação de mão de obra na indústria

O BNDES aprovou financiamento no valor de R\$ 1,5 bilhão ao “Programa Senai para a Competitividade Industrial”, que será implantado em todo o País pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). O projeto visa aumentar a oferta de mão de obra qualificada e de serviços especializados para a indústria brasileira.

O financiamento corresponde a 74% do investimento total e foi aprovado no âmbito do Programa BNDES de Apoio à Qualificação Profissional do Trabalhador (BNDES Qualificação), criado para promover a educação profissional e tecnológica do trabalhador brasileiro.

Alinhado ao Governo Federal, o programa tem por objetivo contribuir para elevar a competitividade da economia brasileira, mediante o financiamento de programas de capacitação profissional, treinamento e especialização de mão de obra, condições fundamentais para a expansão dos investimentos do País.

Metas: A operação aprovada pelo Banco prevê a ampliação e modernização da rede de escolas e de centros de referência do Senai em todo o Brasil, além da criação de uma nova categoria de centros tecnológicos para fomento e prática da inovação.

Com base nas diretrizes de redução da escassez de mão de obra qualificada, do aumento da oferta de tecnologias avançadas e da inovação na indústria, o programa do Senai tem como meta dobrar a oferta de matrículas de educação profissional e tecnológica, através da abertura e modernização de escolas; e aumentar a oferta de serviços especializados.

Em termos quantitativos, o projeto prevê ampliar, até 2015, de 2,1 milhões para 4 milhões o número de matrículas na educação profissional. Isso representará aumento superior a 100% de alunos-hora efetivos na rede ensino profissionalizante.

Nos serviços técnicos e tecnológicos, a meta é aumentar de 127 mil para 283 mil o número de contratos de prestação de serviços, com crescimento significativo dos atuais 2,1 milhões de homens-hora equivalentes para 5,1 milhões em 2015. Esses investimentos permitirão aumento da empregabilidade para os trabalhadores brasileiros, além do incremento da produtividade da mão de obra na indústria.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

O financiamento do BNDES destina-se, principalmente, às obras de infraestrutura (construção, modernização e ampliação de unidades), além da aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao aparelhamento das unidades.

Brasil Maior: O tema da formação e qualificação profissional é parte integrante do Plano Brasil Maior (PBM), lançado no ano passado pela presidenta Dilma Rousseff, resultado da constatação de que a demanda por mão de obra qualificada cresce a taxas superiores à da oferta e que a formação profissional precisa se expandir e se adequar às necessidades de crescimento baseado na inovação.

A perspectiva é que haja um grande incremento na demanda por qualificação dos trabalhadores brasileiros, que necessitarão adquirir novas habilidades, tornando-se fundamental a expansão da oferta de ensino profissional de qualidade.

Fonte: Blog RT

Educação para o trabalho

O número de brasileiros que frequentaram cursos de educação profissional cresceu 83% entre maio de 2004 e setembro de 2010, segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), divulgado no início do mês. O estudo 'As Razões da Educação Profissional: Olhar da Demanda' mostra que os brasileiros da classe C são os que mais procuram esse tipo de formação, sobretudo jovens, mulheres, negros e moradores das regiões periféricas das grandes capitais.

Responsável pelo estudo, o economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, afirma haver uma clara relação entre a crescente demanda por cursos de educação profissional e a ascensão da chamada nova classe média, a partir de 2004. "Quem faz curso técnico tem 15% a mais de retorno de salário para toda a vida", diz o professor.

Diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchese lembra ainda que entre 2011 e 2015 a indústria brasileira investirá US\$ 650 bilhões, o que vai exigir um grande contingente de mão de obra qualificada.

Atento às mudanças da realidade educacional brasileira e do crescimento de mercado de trabalho, o jovem Samuel Pinheiro resolveu investir na abertura de um curso técnico na área de petróleo e gás em 2008. Hoje, a Petrocenter já possui cinco unidades no Rio e em São Paulo.

Fonte: Blog RT

[Segurança Pública](#)

Paulo Davim apoia projeto que torna crime venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Em comunicação de liderança, o senador Paulo Davim (PV-RN) alertou para o consumo cada vez maior de álcool por crianças e adolescentes no Brasil. Ele defendeu a aprovação pelo Senado do Projeto de Lei (PLS) 508/2011, de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE), que torna crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, a menores de idade, bebidas alcoólicas ou qualquer outro produto cujos componentes possam causar algum tipo de dependência física ou psíquica.

Em pronunciamento, o parlamentar informou que o projeto foi aprovado em novembro pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A tipificação como crime permite a aplicação de sanções mais rigorosas do que as passíveis à contravenção. A proposta prevê pena de dois a quatro anos de prisão e a cobrança de multa.

Paulo Davim informou que, de acordo com dados fornecidos pela Secretaria Nacional Antidrogas, 54% dos jovens com 12 a 17 anos de idade já consumiram álcool, sendo que 7% apresentam sintomas de dependência.

Já estudo realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) colocou o Brasil em 3º lugar no consumo de álcool entre adolescente na América do Sul. Dos estudantes brasileiros entrevistados, 48% admitiram o consumo de álcool.

O senador, que é médico, lembrou que os pais precisam também estar mais atentos "e, sobretudo, informados dos males que o álcool pode causar".

Fonte: Agência Senado

Questões Institucionais

Dilma enfrenta desafios na Câmara após cortar emendas

Insatisfação com o congelamento da verba ameaça complicar para o governo as votações da Lei da Copa, nova previdência do funcionalismo e Código Florestal.

Duas semanas depois de anunciar o corte de R\$ 20,3 bilhões previstos para emendas parlamentares no orçamento deste ano, o governo federal começa a encarar, na Câmara dos Deputados, seus principais desafios legislativos em 2012. O primeiro é a votação em plenário do projeto de lei que cria o novo modelo de previdência para os servidores públicos federais. Ao mesmo tempo, será apreciada em comissão especial a proposta da Lei Geral da Copa do Mundo de 2014. Para a próxima semana, está agendada a última etapa de tramitação do novo Código Florestal.

Os três temas foram classificados como "prioridade máxima" pela presidente Dilma Rousseff em reunião com lideranças da base aliada no Congresso no dia 14 de fevereiro. Em todos os casos, no entanto, não há perspectiva de vitórias fáceis para o governo. Apesar de contar com o apoio de aproximadamente 400 dos 513 deputados, Dilma tende a sofrer resistências da base aliada.

Vice-líder do governo na Câmara, o paranaense Alex Canziani (PTB) diz que os problemas relativos ao corte das emendas não são referentes apenas a 2012. "Em 2011, houve alguns casos

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

de emendas que haviam sido negociadas e acabaram vetadas. É mais importante resolver o que ficou para trás do que aquilo que vem pela frente.”

Na base de Dilma, o PDT, com 26 deputados, já anunciou que não vai votar a favor das mudanças nas aposentadorias do funcionalismo. Até petistas ligados ao movimento sindical também manifestam resistências. Entre a oposição, só o PSDB aceita negociar.

“Pela maioria que tem, o governo tem tudo para aprovar, mas nós vamos tentar impedir”, diz o deputado paranaense Sandro Alex (PPS). O partido dele e o DEM prometem utilizar todos os dispositivos regimentais, como a obstrução, para atrapalhar a votação. “É um projeto ruim, que se aprovado vai precisar ser revisto dentro de dez anos”, complementa Sandro Alex.

Já o deputado André Vargas (PT), que também é do Paraná, garante que todos os acordos já foram fechados. “Nós temos uma pressão de setores corporativos, o que é normal e vai ser resolvido”, adiantou. Há duas semanas, o projeto da previdência chegou a entrar na pauta, mas a votação foi adiada por falta de acordo.

Fonte: Gazeta do Povo

Proposta obriga candidato a prefeito a morar no município pelo qual concorre

Tramita na Câmara projeto que estabelece a obrigatoriedade de os candidatos a prefeito residirem na sede do município a, pelo menos, um ano da eleição. A proposta (Projeto de Lei 3213/12) é de autoria do deputado Washington Reis (PMDB-RJ).

A Lei Eleitoral (9.504/97) prevê que os concorrentes ao cargo tenham domicílio eleitoral no município no mínimo um ano antes da eleição. Mas, segundo acórdão do Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral não é necessariamente o local de residência, e sim onde a pessoa tem vínculos políticos e sociais.

Segundo o autor da proposta, é injustificável que o prefeito ou o candidato ao cargo não residam no município que representam, local, afinal, “onde tudo acontece”. “O prefeito que não mora onde atua, além de revelar desprestígio em relação à cidade, não tem condições de dar respostas tão rápidas quanto os que vivem o dia a dia do município.”

Tramitação: A proposta ainda será distribuída às comissões da Câmara.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Relações de Trabalho

Projeto concede licença paternidade de 180 dias no caso de morte da mãe

A Câmara analisa projeto que concede ao pai empregado o direito a licença-paternidade de 180 dias, no caso de falecimento da mãe, em decorrência de complicações no parto, ou no caso de invalidez permanente ou temporária da mãe, declarada por junta médica.

De acordo com a proposta (Projeto de Lei 3212/12), da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), entende-se por invalidez permanente ou temporária da mãe os casos em que ela ficar impedida de cuidar de seu filho durante o período da licença-maternidade.

Em todos os casos, o período da licença será de 180 dias. O pai segurado da Previdência Social terá direito ao salário-paternidade nos moldes do salário-maternidade pelo período de duração da licença.

“Na ausência da genitora, os cuidados da maternidade devem ser prestados pelo pai e isto deve ser assegurado pelo Estado”, afirma a deputada. “Além de todas as necessidades que um recém-nascido demanda, ainda há a dor decorrente da perda”, complementa.

O projeto acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43) e à Lei 8.213/91, que trata dos planos de benefícios da Previdência Social.

"Igualdade de direitos": Segundo a autora, o objetivo da proposta é adequar a legislação ao princípio da igualdade entre homens e mulheres estabelecido pela Constituição brasileira. Além disso, a ideia é garantir o direito constitucional de proteção à infância.

A Proposta de Emenda à Constituição que dá a todas as mães o direito à licença-maternidade de 180 dias, porém, ainda está tramitando na Câmara, não tendo sido, portanto, transformada em lei. O que está em vigor é a Lei que cria o Programa Empresa Cidadã (Lei 11.770/08), pelo qual as empresas que quiserem podem conceder a suas trabalhadoras dois meses a mais de licença. Esta lei, originada por projeto da ex-senadora Patrícia Saboya, também permitiu que o governo federal e diversas administrações estaduais e municipais concedessem os 60 dias a mais de licença a suas funcionárias.

Tramitação: O projeto ainda será distribuído às comissões da Câmara.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Projeto estabelece folga de um dia por ano para trabalho comunitário

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3129/12, do deputado Mandetta (DEM-MS), que permite ao empregado faltar ao serviço um dia por ano para participar de trabalhos comunitários. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT- Decreto-Lei 5.452/43). A medida, segundo o deputado, vai estimular o trabalho comunitário e, conseqüentemente, o

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

engajamento social e a colaboração com políticas públicas. Ele argumenta que, apesar da disposição de algumas pessoas em participar de ações comunitárias, as longas jornadas de trabalho combinadas às tarefas da vida familiar, acabam se tornando um empecilho.

“Nada mais justo”, segundo ele, “que os empregadores liberem seus empregados, uma única vez a cada ano” para participar dessas ações. Ele afirma que a concessão da folga pelas empresas cumprirá um papel social importante e estimulará o voluntariado.

Tramitação: O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Empresa que pagar menos por trabalho de mulher poderá ser multada

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que estabelece multa para empresa que pagar menor remuneração para o trabalho de mulher que o trabalho de homem, quando ambos realizam a mesma atividade. A matéria segue para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde será analisada terminativamente.

O relator na CAS, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), apresentou voto favorável ao projeto (PLC 130/2011), ressaltando que a proposição, se transformada em lei, representará mais uma ferramenta jurídica para assegurar o princípio da igualdade entre homens e mulheres.

Moka lembra que, apesar de a Constituição federal e a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/1943) proibirem a diferença de salário entre homens e mulheres que executam a mesma tarefa, sob as mesmas condições e para um mesmo empregador, ainda hoje muitas trabalhadoras enfrentam discriminação.

De acordo com o texto, o empregador que descumprir a lei será obrigado a pagar à empregada multa correspondente a cinco vezes a diferença verificada em todo o período da contratação.

O relator saudou a aprovação da matéria, de autoria do deputado Marçal Filho (PMDB-MS), e elogiou o fato de a multa proposta não estar sujeita a desatualização monetária e ser revertida em favor da empregada discriminada.

Fonte: Agência Senado

Pagamento de abono salarial não sacado pelo trabalhador deverá ser assegurado

O pagamento do abono salarial anual e dos rendimentos das contas individuais dos beneficiários do PIS-Pasep, mesmo que não sacados pelo trabalhador no período estipulado pelo governo, não prescreverá, devendo acumular-se anualmente. Projeto do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) com esse objetivo foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de forma terminativa.

O projeto de lei do Senado (PLS 61/06) altera a lei que regula o seguro-desemprego, o abono salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Lei 7.998/1990). O abono salarial é o

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

pagamento de um salário mínimo anual aos trabalhadores que receberam, em média, até dois salários mínimos mensais no ano anterior; estiverem cadastrados no PIS ou PASEP há pelo menos cinco anos; e trabalharam no ano anterior, com vínculo empregatício, pelo menos trinta dias.

Raupp lembra que, atualmente, depois de encerrado o calendário de pagamento do abono salarial, os trabalhadores não podem solicitá-lo. Desta forma, os recursos acabam retornando à conta do FAT.

Ao justificar a proposta, Raupp destacou que o objetivo é "tornar o pagamento desses benefícios imprescritíveis e cumulativos ano após ano". O projeto foi inspirado em matéria publicada no jornal *Estado de Minas*, em que se informou que boa parte dos beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS/PASESP sequer sabe que tem direito ao pagamento do abono salarial anual.

São, em média, 5% dos trabalhadores que deixam de receber o benefício a que têm direito - cerca de um milhão de pessoas, informou a senadora Ana Amélia (PP-RS), que apresentou o relatório elaborado pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI) sobre a proposição.

- Trata-se, portanto, de número expressivo de trabalhadores que deixam de acessar o benefício em virtude de desinformação, desatenção ou simplesmente desconhecimento desse direito - disse a senadora.

O pagamento do abono salarial tem início no segundo semestre de cada exercício e vai até o primeiro semestre do exercício seguinte, conforme calendário divulgado pelo Ministério do Trabalho e pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Os valores são pagos aos trabalhadores da iniciativa privada por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF) e aos servidores públicos pelo Banco do Brasil (BB).

Fonte: Agência Senado

Consulta a cadastro de crédito para contratação de empregado vai a debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai realizar audiência pública para discutir a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que reconheceu o direito de uma empresa de Sergipe de consultar o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) antes de admitir empregados. A iniciativa é do senador Paulo Paim (PT-RS), cujo requerimento foi aprovado pela comissão dia 29/02/2012.

Na avaliação de Paim, a decisão abre precedente para que as empresas consultem instituições como o SPC e o Serasa, entre outros, antes da contratação. A intenção do senador pelo Rio Grande do Sul é tentar reverter a decisão do TST. O senador disse que, quando operário, já teve de optar pela compra de comida e remédio em detrimento de pagar lojas e bancos, o que fez depois de estar empregado. Em sua avaliação, o trabalhador precisa ser admitido para trabalhar e conseguir honrar suas dívidas.

A data da audiência e o nome dos convidados que participarão do debate ainda serão definidos pela comissão. Por sugestão de Paim, juristas da turma que proferiu a decisão poderão ser convidados a discutir o tema.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Na reunião desta quarta-feira a CAS ainda aprovou requerimentos para realização de audiência pública com objetivo de discutir o risco de desindustrialização do país, a pedido do senador Waldemir Moka (PMDB-MS); de instruir o projeto de lei que define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista (PLS 112/2010), a requerimento de Paulo Paim; e de discutir o Estatuto da Juventude (PLC 98/2011), também sugerido por Paim. As datas dos debates e o nome dos convidados serão definidos pela CAS.

Fonte: Agência Senado

Modelo sindical brasileiro é arcaico e inconveniente

Ministro vai propor mudar lei para permitir que os sindicatos negociem diretamente por empresa, não mais por categoria.

"O modelo sindical brasileiro é arcaico e inconveniente para a sociedade porque propicia o surgimento e a proliferação de milhares de sindicatos fantasmas, sem poder de barganha", alerta o ministro João Orestes Dalazen, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ele prega uma grande reforma sindical. "Há muitos sindicatos débeis, onde ocorrem assembleias muitas vezes vazias, conduzidas por lideranças sindicais sem representatividade e ao sabor de suas conveniências".

Enquanto a reforma não vem, o ministro vai propor alteração legislativa para permitir que os sindicatos negociem diretamente por empresa, não mais por categoria. O expediente que Dalazen sugere é a convenção coletiva especial. Em minuta que prepara, ele expõe seus argumentos ao Congresso.

Ele governa uma Justiça que em 2011 recebeu 2,15 milhões de novas reclamações trabalhistas. Sob seu poder e orientação estão 1.383 varas do Trabalho em todo o País, 24 tribunais regionais, 3 mil magistrados e desembargadores e 40 mil servidores. No TST lhe fazem companhia 26 ministros.

Fonte: Blog RT

Dois temas recentes têm polarizado as discussões no mundo do trabalho

Trabalho a distância: A recém-sancionada Lei 12.551/2011 trouxe para o plano legal as atividades realizadas fora da empresa e com a ajuda de meios eletrônicos. É a tendência moderna do trabalho humano. Assim, o computador, o telefone celular, o fax e outros meios desse tipo passaram a ser válidos para o exercício de comando, supervisão e controle, o que permite a caracterização da subordinação jurídica e do vínculo empregatício.

Ponto Eletrônico: Outro tema ainda em evidência é o REP (Registrador Eletrônico de Ponto), ferramenta imposta pela Portaria 1.510/2009 como única maneira de registrar eletronicamente a

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

jornada de trabalho. Por ser onerosa e descabida, a sua vigência foi adiada cinco vezes. Afinal, dentro e fora das empresas, os empregados têm registrado suas jornadas das mais diversas e adequadas formas. Os empresários demonstraram este fato à exaustão e propuseram sistemas alternativos, igualmente e até mais seguros do que o próprio REP.

Com a sanção da Lei 12.551, surgem novas e importantes questões:

1. Como serão controladas as jornadas realizadas à distância?
2. Haverá um REP na casa de cada empregado, no hotel, no trem, no avião e em todos os locais onde ele trabalhe?
3. Como serão controladas as horas extras?

A Portaria 1.510 baseou-se em uma visão equivocada de que tudo é feito para prejudicar o trabalhador. Ela impede, por exemplo, as adequações de horários de marcação de ponto, utilizadas em empresa com muitos empregados e que começam o turno ao mesmo tempo. Hoje em dia, eles têm a possibilidade de deixar os filhos na escola, chegar mais cedo ao trabalho, marcar o ponto e esperar para entrar no horário junto com os demais colegas.

Empurradas pela Portaria 1.510, muitas empresas estão sendo levadas a implantar restrições físicas de acesso, ao invés das eletrônicas, o que é um contrassenso e prejudica os empregados. Enfim, o excesso de regulamentação, além de prejudicial, é impróprio, e não se coaduna com a Lei 12.551.

O desafio do Brasil é o de criar um ambiente de negócios propício à competitividade e de estímulo à geração de empregos formais, ampliando a proteção aos trabalhadores e reduzindo a sonegação da Previdência Social decorrente de quase 50% de informalidade que ainda existe no mercado de trabalho.

O Brasil corre sérios riscos de desindustrialização. A concorrência internacional ameaça a sobrevivência de um parque industrial construído a duras penas. Não se pode reduzir ainda mais a competitividade das empresas.

Neste contexto, a Portaria 1.510, materializada pelo REP, é símbolo de impertinência, inadequação, ineficiência, burocratização, desconforto, insegurança jurídica e custos.

Relações do trabalho sadias são fundamentais para a produtividade, a competitividade e a geração de bons empregos. A hora é de propor soluções que induzam a confiança e a cooperação entre as partes.

* Armando Monteiro Neto é senador (PTB-PE)

Fonte: Blog RT

Empresas contestam auxílio acidentário

As empresas devem ficar cada vez mais atentas e questionar a aplicação do chamado nexo técnico previdenciário, feito pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que concede o benefício de auxílio doença acidentário ao empregado quando existe ligação (nexo causal) entre a doença e o trabalho exercido. Isso porque os empregadores podem ter prejuízos significativos que podem ser evitados com a devida contestação administrativa.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

O número de pedidos tem crescido também por conta da grande quantidade de ações regressivas, processos ajuizados pela União contra empresas que descumpriram normas de segurança no trabalho e têm o objetivo de ressarcir os cofres públicos dos benefícios previdenciários pagos pelo INSS. Só em 2012, o governo pretende recuperar cerca de R\$ 84 milhões. Desde 2000, a União já entrou com 1.870 processos.

"As empresas olham para esse cenário e enxergam uma situação concreta e decidem que é melhor prevenir do que remediar", afirma a advogada Camila Borel Barrocas, do Martinelli Advocacia Empresarial.

Segundo a advogada, há diversos prejuízos com esse tipo de afastamento, já que, ao contrário do auxílio doença previdenciário, tal benefício demonstra que a "culpa" é da empresa. Dentre as perdas, estão a obrigação do empregador em efetuar o depósito mensal referente ao FGTS para o empregado afastado por auxílio doença acidentário; a garantia, ao empregado, da manutenção do seu contrato de trabalho, pelo período de 12 meses após a cessação do benefício acidentário; cada benefício concedido nesta espécie acarreta no aumento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que conseqüentemente resultará na oneração do Seguro Acidente de Trabalho (SAT) que a empresa é obrigada a recolher.

Além disso, há a possibilidade de o INSS entrar com as ações regressivas. "Os reflexos e responsabilidades são muito maiores, por isso a contestação é importante", afirma a advogada, que diz que o movimento tem crescido no escritório.

Na última semana, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), comandado pelo ministro João Oreste Dalazen, negou indenização a um motorista, aposentado por invalidez, por não comprovar o nexo causal entre a doença e o trabalho executado. O perito médico requisitado pelo juízo de origem concluiu a hérnia de disco lombar estava ligada a condições genéticas e familiares, ou seja, sem qualquer nexo de causalidade com o trabalho.

Para Camila, a empresa precisa também focar em gestão de saúde e segurança do trabalho. Mas se o nexo técnico previdenciário for aplicado e se a empresa tiver fatos ou argumentos que possam afastá-lo, é possível apresentar recurso ou impugnação. Além disso, ela recomenda que cada empresa faça um acompanhamento criterioso dos afastamentos dos seus empregados, examinando a "Consulta benefícios por Incapacidade por Empresa", disponível no site da Previdência Social. São três os tipos de Nexos Técnicos Previdenciários: profissional, individual e epidemiológico.

O advogado Otávio Pinto e Silva, do escritório Siqueira Castro Advogados, ressalta a importância das provas no processo administrativo. "Caso o INSS mantenha o nexo, só resta buscar a Justiça", diz.

Fonte: Blog RT

Declaração da RAIS pode ser entregue até 9 de março

As empresas têm até o dia 9 de março para entregarem a declaração da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ano-base 2011. A declaração é obrigatória a todos os

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

estabelecimentos existentes no território nacional e deve ser feita pela Internet, nos endereços eletrônicos <http://portal.mte.gov.br/rais/> e www.rais.gov.br. Os estabelecimentos ou entidades que não tiveram vínculos laborais no ano-base poderão declarar a opção RAIS Negativa, com opção online. A entrega da RAIS é isenta de tarifas.

É importante que as empresas estejam atentas ao prazo e entreguem a declaração. Além de possuir enorme fonte de dados capaz de subsidiar o monitoramento, análise e avaliação do mercado formal de trabalho e alimentar a formulação de políticas públicas, a RAIS é o único instrumento do Governo para identificação dos trabalhadores ao Abono Salarial. Assim, o empregador é o responsável junto ao seu empregado.

Além disso, ao preencherem o formulário, os estabelecimentos deverão estar atentos aos campos relativos a raça/cor; pessoas com deficiência e escolaridade dos trabalhadores, pois são essenciais para implementação de políticas públicas para estes segmentos.

A Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 10, de 6 de janeiro de 2011, tornou obrigatório uso de certificação digital para os estabelecimentos com mais de 250 empregados e a declaração da RAIS fora do prazo.

Manual: Está disponível na página o Manual de Orientação da RAIS, com as informações exigidas para o preenchimento da relação. Entre os objetivos do levantamento constam a identificação de beneficiários do Abono Salarial; a prestação de subsídios ao FGTS e à Previdência Social; o registro da nacionalização da mão-de-obra; auxílio à definição das políticas de formação de mão-de-obra; a geração de estatísticas sobre o mercado de trabalho formal e a prestação de subsídios ao Cadastro Central de Empresas (Cempre) e às pesquisas domiciliares do IBGE.

O preenchimento da RAIS é obrigatório para os estabelecimentos inscritos no CNPJ com ou sem empregados (o estabelecimento sem empregados ou manteve as atividades paralisadas no ano-base é obrigado a entregar a Rais Negativa); todos os empregadores, conforme definidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); pessoas jurídicas de direito privado; empresas individuais, inclusive as que não possuem empregados; cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas; empregadores urbanos pessoas físicas (autônomos ou profissionais liberais); órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual e municipal; condomínios e sociedades civis; empregadores rurais pessoas físicas; e filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior.

As declarações deverão ser fornecidas pela Internet, mediante utilização do programa gerador de arquivos da RAIS, conhecido como GDRAIS2010 e do Programa Gerador de Declaração Rais (GDRAIS2011). Será oferecida para todas as declarações a alternativa de transmiti-las com Certificado Digital. Havendo necessidade de retificar as informações prestadas, o término do prazo da RAIS RETIFICADORA, sem multa, é 9 de março de 2012.

Em caso de dúvidas, os empregadores podem contatar a Central de Atendimento da Rais pelo telefone 0800-7282326 ou as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, Gerências ou Agências de sua região. Veja aqui os contatos - <http://portal.mte.gov.br/postos/>

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Multa: As empresas que não fizerem a declaração até 09 de março ficarão sujeitas a multa prevista no artigo 25 da Lei nº 7.998, de 1990. O valor cobrado será a partir de R\$ 425,64, acrescidos de R\$ 106,40 por bimestre de atraso, contados até a data de entrega da Rais respectiva ou da lavratura do auto de infração, se este for feito primeiro. A lavratura do auto de infração não isenta o empregador da obrigatoriedade de prestar as informações referentes à Rais ao MTE.

RAIS: A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um Registro Administrativo criado pelo Decreto nº 76.900/75, com declaração anual e obrigatória a todos os estabelecimentos existentes no território nacional. As informações captadas sobre o mercado de trabalho formal referem-se aos empregados Celetistas, Estatutários, Avulsos e Temporários, entre outros, segundo remuneração, grau de instrução, ocupação e nacionalidade, entre outros recortes.

Fonte: Blog RT

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos

FIEP e centrais sindicais definem estratégias para mobilização conjunta contra desindustrialização

Representantes de entidades empresariais e de trabalhadores se reuniram, na Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), em Curitiba, para definir os primeiros passos de uma mobilização que será realizada no Estado em favor da produção e do emprego. A iniciativa faz parte de um movimento nacional que reúne, de um mesmo lado, empresários e trabalhadores, com a intenção de mostrar ao governo e à sociedade os riscos que o processo de desindustrialização enfrentado pelo Brasil pode gerar para o desenvolvimento do país.

Na primeira reunião, o grupo de trabalho formado pela FIEP e representantes de centrais sindicais paranaenses defendeu a adoção de uma data única para a realização de manifestações em todo o país. “Em consenso, decidimos levar ao movimento a proposta de que tenhamos uma mobilização efetivamente nacional, com as manifestações ocorrendo simultaneamente em todos os estados, em uma data única”, afirmou o presidente da FIEP, Edson Campagnolo. Pela proposta inicial, as manifestações deveriam ocorrer em datas distintas, definidas por cada estado. “Trabalhadores e empresários estão conscientes dos prejuízos que a desindustrialização traz ao país e precisamos aproveitar a força dessa unificação para potencializar o movimento”, acrescentou Campagnolo.

Nas próximas semanas, o grupo de trabalho voltará a se reunir para definir o formato da mobilização, buscando ainda a adesão de novas entidades empresariais e centrais de trabalhadores ao movimento. O grupo conta também com o apoio de entidades nacionais, como

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Fonte: FIEP

BRDE oferece linhas de crédito especiais para o setor moveleiro

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) terá estande próprio e enviará técnicos à 8ª Feira Internacional da Qualidade em Máquinas, Matérias Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira, que acontecerá de 6 a 9 de março, das 13 às 20 horas, no Centro de Eventos de Arapongas (Expoara), região Norte do Paraná.

O BRDE irá expor aos visitantes as linhas de crédito que atendem o setor moveleiro na compra de máquinas e equipamentos nacionais novos, investimentos fixos, como ampliação ou reforma das instalações, modernização, capacitação dos profissionais, gastos com marketing e, também, capital de giro.

Por ser uma instituição financeira pública de fomento, que atua como braço do Estado no desenvolvimento econômico e social, o BRDE oferece condições diferenciadas. Para os investimentos fixos, por exemplo, as taxas de juros são de 9% ao ano e o contratante tem até oito anos para pagar.

Para aquisição de maquinário novo e fabricado no Brasil, os juros ficam em 6,5% ao ano fixo e o pagamento pode ser feito em até 10 anos. O banco possui linha de crédito para financiar o capital de giro isolado, com taxas de 15% ao ano e até três anos de prazo para quitação do contrato.

O estande do BRDE na FIQ contará com a presença de técnicos capacitados para resolver as dúvidas dos visitantes sobre como usar os serviços do banco.

A feira reunirá 180 expositores que divulgarão novas tecnologias, lançamentos de produtos e soluções para as indústrias moveleiras de todo o País. Os organizadores aguardam a vinda de 20 mil pessoas ligadas diretamente ao setor.

A solenidade de abertura oficial está marcada para as 12h30 do dia 6 de março, na entrada principal do Expoara, e terá a presença do diretor Financeiro do BRDE, Jorge Gomes Rosa Filho. Além de prestigiar o evento e o trabalho que será desenvolvido pela equipe do banco, o diretor pretende estreitar o relacionamento com empresários que atuam no ramo moveleiro. “O BRDE tem qualificado quadro de profissionais e determinação para ser parceiro em investimentos dos empreendedores do setor moveleiro. Oferecemos as melhores taxas de juros e os prazos mais longos para pagamento. Estaremos presentes na FIQ 2012 para atender aqueles que planejam o crescimento do seu negócio”, disse Rosa Filho.

Durante os quatro dias de feira, a estimativa dos organizadores é que sejam negociados entre visitantes e expositores R\$ 300 milhões.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Junta Comercial prorroga prazo para que empresas atualizem cadastro

A Junta Comercial do Paraná (Jucepar) prorrogou para o dia 30 de abril o prazo para que cerca de 33 mil empresas com cadastros desatualizados há mais de 10 anos regularizem a situação junto ao órgão. Após essa data, as companhias não regularizadas serão consideradas inativas, terão seus registros cancelados e perderão a proteção do nome empresarial.

A obrigação de atualizar as informações perante as juntas comerciais está prevista na lei federal 8934/94, que determina o cancelamento, após 10 anos de inatividade, dos contratos registrados no órgão. O objetivo da lei é depurar os cadastros e liberar os nomes empresariais das inativas para uso por outras empresas.

No Paraná, a Junta emite anualmente uma lista de empresas em situação irregular. Estima-se que, das 33 mil identificadas este ano, 33% continuam operando. Nesses casos, os sócios devem apresentar à Junta uma declaração de atividade. Um modelo do documento está disponível no site do órgão (www.juntacomercial.pr.gov.br), no campo “Emissão de guias e documentos”. No site também é possível consultar a situação de cada empresa.

“Muitos empresários não têm a menor ideia de que estão em situação irregular. Achem que pelo fato de não terem mudado de ramo nem alterado a composição societária, não precisam informar nada à Junta”, diz o presidente da Junta Comercial do Paraná, Ardisson Naim Akel. “Dependendo da situação da empresa, é preciso demonstrar a continuidade da atividade, arquivar uma declaração de inatividade ou o pedido de proteção de nome comercial”, orienta.

Segundo Akel, o prazo para regularização foi prorrogado para garantir que empresários e contabilistas façam a atualização e evitem aborrecimentos, como a perda do nome empresarial para outras firmas. A regularização pode ser feita na sede da Junta, em Curitiba, e nos 45 escritórios do órgão espalhados pelo interior do Estado.

De acordo com Akel, que o Paraná tem 1,3 milhão de empresas com registro. “Estamos aqui para melhorar as condições de registro e proteger o empresariado”, diz. Ele esclarece ainda que o cancelamento dos registros não isenta as empresas dos débitos trabalhistas, tributários ou de qualquer natureza.

As empresas com dados desatualizadas serão comunicadas por meio de um edital que estará disponível no site da Junta a partir de 28/02/2012.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Projeto estabelece normas para o transporte escolar

O deputado André Bueno (PDT) apresentou projeto de lei na Assembleia Legislativa que estabelece normas para o transporte escolar no Paraná, estipulando em seu artigo 5º que “a vida útil dos veículos escolares é fixada em dez anos para os veículos tipo automóvel e de doze anos para os veículos tipo ônibus e micro-ônibus, a contar do ano de suas respectivas fabricações”.

O projeto determina também que os veículos deverão apresentar capacidade mínima para oito lugares, sendo identificados por pintura externa padronizada, observando as disposições do

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Código de Trânsito Brasileiro, as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito, bem como as legislações estadual e municipal. Na avaliação de Bueno, são medidas que vão assegurar “o atendimento correto à legislação, regulamentando a situação das pequenas empresas de transporte de passageiros, em especial no interior do Estado, que muitas vezes são as únicas ofertas de transporte dos cidadãos em localidades rurais, bem como das pequenas empresas de transporte turístico”.

“A obsolescência da frota de veículos é uma das principais causas de acidentes”, acrescenta o parlamentar. Ele cita dados do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que revelam que a maioria dos veículos que circulam nas rodovias federais (97%) tem mais de nove anos de fabricação, “o que importa em risco para passageiros e condutores”.

Cadastro: O projeto estipula ainda que “os veículos utilizados no transporte escolar serão cadastrados e identificados por prefixo definido pelo órgão municipal de trânsito de cada município para a emissão do Alvará de Tráfego”. Prevê que, igualmente, “a substituição do veículo, mesmo que por outro de capacidade similar, somente poderá ser efetivada após autorização do órgão municipal de trânsito”; e que “os veículos serão identificados através do dístico ‘ESCOLAR’, faixa amarela e demais elementos que os caracterizam como afetados ao serviço”. A proposição recebeu apoio do Plenário e agora aguarda pareceres das comissões técnicas do Legislativo.

Fonte: ALEP

[Política Industrial](#)

Paraná Business Collection ganha duas edições

A partir de 2012, o Paraná Business Collection terá duas edições, as deste ano acontecem de 26 a 30 de junho e de 6 a 10 de novembro. Realizado pela Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), por meio do Conselho Setorial da Indústria do Vestuário e Têxtil do Paraná, e SEBRAE/PR (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná), o PBC já teve cinco edições e está entre os principais eventos do calendário brasileiro da moda.

“Em suas cinco primeiras edições, o PBC consolidou o Paraná como produtor de moda e um dos principais polos da indústria do vestuário do País. A expansão do evento, com a realização de duas edições ao ano, alinhadas ao calendário nacional da moda, ampliará ainda mais as possibilidades para que os empresários paranaenses apresentem a qualidade de sua produção aos compradores de todo o Brasil”, afirma o presidente da Fiep, Edson Campagnolo.

A mudança deve-se a uma nova estratégia dos realizadores de ampliar o PBC e consolidá-lo, ainda mais, no cenário nacional e internacional. Para alcançar este objetivo faz parte da proposta a abertura do evento também para marcas de outros estados. Com duas edições, uma com as coleções de Verão e outra de Inverno, a agenda de 2012 inclui a realização do Showroom de

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Negócios apenas na edição de novembro, destacando, assim, o Estado como produtor de moda Inverno. Diferencial importante para o varejo de todo o Brasil.

O diretor-superintendente do Sebrae/PR, Allan Marcelo de Campos Costa, aposta nas novidades que o Paraná Business Collection reserva para 2012. Segundo ele, o comportamento dos lojistas e a dinâmica do competitivo mercado da moda contribuíram diretamente para a revisão da estratégia do Showroom de Negócios. “Acreditamos que esta mudança no formato do Showroom, aliada à realização de duas edições, incentivará a vinda de compradores de todo Brasil”.

Allan Costa reafirma que o evento tem como prioridade divulgar a moda produzida no Paraná, seus estilistas e empresários. “O PBC é um evento que reúne o melhor da moda e da produção paranaense. A cada ano, nossas empresas destacam-se pela criatividade e qualidade de produtos. A semana de moda paranaense se consolida como vitrine para ganhar mercado”. Na avaliação dele, a realização de duas edições do evento num mesmo ano também é fruto de um amadurecimento e de uma análise técnica. “O Paraná Business Collection foi idealizado para mostrar a criatividade e a qualidade da nossa produção têxtil, aproximando a moda paranaense dos canais de comercialização em todo Brasil e abrindo novas perspectivas de negócios”.

O coordenador do Conselho Setorial da Indústria do Vestuário, Marcelo Surek, conta que foi realizado um estudo, envolvendo lojistas e compradores, onde foi identificada a necessidade de duas edições e da antecipação de apresentação da coleção de Inverno para novembro. “Após essa pesquisa, o Conselho se reuniu com empresários do setor para criar um planejamento estratégico para o evento. Agora, com duas edições, confirmamos o constante crescimento do PBC que acontece desde sua criação. O evento se fortalece ainda mais e se consolida, não apenas na comercialização da moda paranaense, mas também como uma excelente oportunidade para novos contatos, conhecimento e prospecção de clientes”.

Para o produtor Paulo Martins, um dos coordenadores do evento, o alinhamento do Paraná Business Collection ao calendário brasileiro, com duas edições anuais, além de estimular toda a cadeia da indústria de moda do Estado, também favorece a promoção de novos estilistas com uma dupla visibilidade. “Por meio da amostra Ideia Moda, designers criativos, que estão dando os primeiros passos no mercado, lançam coleções contando com uma estrutura que somente um evento, com a qualidade e o profissionalismo do Paraná Business Collection, pode oferecer. Uma oportunidade, sem dúvida, para fomentar o empreendedorismo nesses novos estilistas, ao mesmo tempo em que se proporciona uma troca de experiência entre eles e os mais diversos setores da indústria da confecção. Experiência importantíssima pelas perspectivas que se abrem a partir da Economia Criativa, o principal pilar da evolução do mercado da moda atual”.

De acordo com a jornalista Nereide Michel, uma das coordenadoras do Paraná Business Collection, “o PBC acompanha a evolução da moda paranaense e vem atingindo as metas traçadas em seu lançamento. A imagem do Estado como um polo de confecção não apenas produtivo, mas também criativo, se fortaleceu em cinco edições, graças a um evento bem estruturado e que trabalha pautado pela responsabilidade com o mercado e seus profissionais – do estilista ao varejista. É o Paraná, de todos os paranaenses, que usufrui deste momento

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

positivo da moda aqui gerada e que vai ganhar ainda mais visibilidade com duas temporadas na passarela do PBC”.

O local de realização do Paraná Business Collection continuará o mesmo, no Centro de Convenções FIEP (Av. Comendador Franco, 1341 – Jardim Botânico, Curitiba – PR), onde acontece desde sua primeira edição.

IX Prêmio João Turin de Incentivo aos Novos Designers de Moda

O IX Prêmio João Turin, que faz parte da programação paralela do VI Paraná Business Collection, tem como tema “Pincéis e Carretéis”. Pintores paranaenses e suas obras servem de inspiração aos participantes, mas também artistas que não nasceram no Estado, mas imprimiram a cultura paranaense em seus quadros, podem servir de pesquisa aos trabalhos. Os estudantes selecionados apresentarão suas criações em um desfile temático, no último dia do evento, 26 de junho, quando será conhecido o grande vencedor.

Desde sua primeira edição em 2003, o Prêmio João Turin de Incentivo aos Novos Designers de Moda tem como objetivo se transformar em uma importante expressão da cultura paranaense através da moda. O concurso busca estimular a pesquisa em temas da cultura estadual, incentivar e detectar novos talentos para o mercado da moda. Idealizado e coordenado pela jornalista Nereide Michel e pelo produtor Paulo Martins, o prêmio é dedicado aos estudantes de cursos técnicos, de graduação ou especialização em Moda, Estilismo e Design, matriculados em instituições do Paraná.

A inspiração para a concepção do Prêmio João Turin está em um dos principais nomes integrantes do Paranismo, movimento que buscava criar uma identidade regional às manifestações culturais produzidas no Paraná. Além disso, João Turin, um dos mais destacados artistas plásticos do Estado, desenhou trajes e acessórios inspirados na forma e na textura do pinheiro e do pinhão. Iniciativa que o credencia como precursor do design de moda no Paraná.

Representatividade do setor

O setor do vestuário no Paraná desempenha papel destacado na movimentação da economia brasileira exercendo forte influência na geração de empregos e renda. No ranking da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), que mede a participação do Produto Interno Bruto (PIB) Têxtil e de Confecção, o Estado está entre os quatro principais polos produtivos do Brasil.

No Paraná são mais de seis mil indústrias (Têxtil, Vestuário e Couro), a maioria de micro e pequeno porte, que geram, aproximadamente, 93 mil postos de trabalho. O setor é o segundo maior empregador industrial do Estado, respondendo por 14,2% dos empregos do segmento. Esse montante representa 7,5% da massa de trabalhadores atuantes no setor no Brasil.

Uma das características da indústria do vestuário do Paraná é a organização em Arranjo Produtivo Local (APL). São seis em todo Paraná, localizados em Londrina, Apucarana, Cianorte e Maringá, Terra Roxa, Francisco Beltrão e Imbituva. Alguns deles são especializados: Apucarana (bonés), Terra Roxa (moda bebê), Francisco Beltrão (moda masculina) e Imbituva (malharia).

Esse cenário destaca a importância do setor do vestuário para a economia paranaense e a representatividade das micro e pequenas empresas em sua cadeia produtiva.

SERVIÇO

Paraná Business Collection

6º PBC

A 6ª Edição – Verão 2012/2013 será de 26 a 30 de junho e terá em sua programação desfiles de lançamento de coleções, a Mostra Ideia Moda e eventos paralelos como o Prêmio João Turin de Incentivo aos Novos Designers de Moda, oficina de criação, seminários e palestras. Nesta edição, não haverá o Showroom de Negócios.

7º PBC

A 7ª Edição – Preview Inverno 2013 acontece de 6 a 10 de novembro com desfiles de marcas e estilistas, Mostra Ideia Moda, além dos eventos paralelos. Nesta edição haverá o Showroom de Negócios, que reunirá expositores dos mais variados segmentos: moda feminina, masculina, jovem, jeans e acessórios.

Local: Centro de Eventos FIEP (Av. Comendador Franco, 1341 – Jardim Botânico, Curitiba – PR).

Realização: Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), Conselho Setorial da Indústria do Vestuário do Paraná e SEBRAE/PR (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná).

Sindicatos: Sindinvest, Sinvespar, Sinveste, Sivale, Sindinvest, Sinditêxtil, Sivepar, Sindicouro e Sindvest.

Coordenação geral: OX Comunicação de Moda (Paulo Martins) e NaModa Comunicação de Estilo (Nereide Michel).

Fonte: FIEP

Comércio Exterior

Empresa curitibana treinada pelo Governo do Estado começa a exportar

O projeto Primeira Exportação, que orienta pequenas empresas a entrar no mercado externo, começa a dar resultado. Depois de receber consultoria técnica gratuita dos governos estadual e federal, a empresa curitibana Satech, do setor de telecomunicações, fechou negócio com empreendedores paraguaios para a montagem e industrialização de cabos conectorizados.

Fruto de um acordo técnico entre o Governo do Estado e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Primeira Exportação atua na identificação de pequenas empresas com potencial de exportação, auxilia na qualificação dos agentes e busca o mercado comprador. No Paraná, o treinamento é dirigido pela Secretaria da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul.

“Com a ajuda do curso, conseguimos visualizar o sistema de exportação como um todo e ter coragem de enfrentá-lo. Nem mesmo dificuldades como os custos com a legalização dos documentos e despachantes nos desmotivaram”, diz Elmy Matsumura, uma das sócias da Satech.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

O secretário da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Ricardo Barros, destaca que um dos grandes desafios do País é aumentar a cultura exportadora, principalmente entre as micro e pequenas empresas (que respondem por apenas 5% de tudo o que o Brasil exporta). “Com o Primeira Exportação, levamos o conhecimento e o acompanhamento técnico para explorarmos esse grande potencial de negócios existente”, afirma.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Japão e Paraná debatem possibilidade de investimentos no Estado

O embaixador do Japão no Brasil, Akira Miwa, e o cônsul-geral Noburu Yamaguchi discutiram com o governador Beto Richa e secretários de Estado a possibilidade de o Paraná receber novos investimentos daquele país, a exemplo da fabricante de pneus Sumitomo e de outras 19 empresas de capital japonês existentes no Estado.

Miwa explicou que o povo japonês está pressionando o governo para acabar com as usinas nucleares, o que já reduziu bastante a oferta de energia às empresas japonesas. Cerca de 10 mil delas, entre pequenas e grandes, estariam buscando locais com energia farta para expandir suas instalações. E o Brasil cada vez mais chama a atenção no cenário internacional, disse o embaixador.

Akira Miwa também informou ao governador que o Paraná é o Estado brasileiro que recebe maior atenção nesta viagem que ele realiza pelo Brasil. Apenas aqui a prospecção não se resumiu às capitais – a comitiva visitou também Londrina e Maringá, onde vive a maior parte da colônia japonesa, a segunda maior do País.

O governador Beto Richa lembrou que tanto o Paraná quanto o Brasil devem muito ao Japão, e que está empenhado no estreitamento das relações com o país asiático. “Os japoneses têm um papel importante no desenvolvimento do Paraná, especialmente neste novo ciclo de industrialização que vive o Estado”, disse.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Infraestrutura

Profissionais dizem que estrutura hoteleira de Curitiba é adequada

Pesquisa realizada pelo IBGE mostra que capital paranaense possui 242 estabelecimentos de hospedagem e conta com 19 mil leitos

Profissionais da área hoteleira de Curitiba consultados pela reportagem da Gazeta do Povo consideram a estrutura da capital paranaense adequada para uma cidade deste porte e dizem não ver motivos para a cidade aumentar a capacidade da rede apenas por causa da Copa do Mundo de 2014.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Conforme dados da Pesquisa de Serviços de Hospedagem 2011, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Curitiba possui 242 estabelecimentos de rede hoteleira, que têm 19.083 leitos. A estrutura de leitos da capital paranaense equivale a 5,1% do total disponível no país, que é de 373.673 leitos em 5.036 estabelecimentos. A capital possui mais estabelecimentos de médio e baixo conforto e tem uma proporção maior de hotéis em relação a outros tipos de estabelecimentos, como pousadas e motéis.

A pesquisa foi encomendada pelo Ministério do Turismo para identificar deficiências na rede hoteleira e também oportunidades para o setor privado, diante da perspectiva do aumento do turismo graças a eventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Para a Copa do Mundo, a FIFA exige uma disponibilidade de quartos superior a 30% da capacidade do estádio, isto em um raio de 150 quilômetros a partir da praça esportiva. O projeto para a Arena da Baixada, estádio-sede de Curitiba, prevê 41 mil lugares nas arquibancadas, o que forçará a rede hoteleira da região a ter 12,3 mil vagas à disposição de torcedores, imprensa e organizadores.

O presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Curitiba (Sindotel), Marco Antônio Fatuch, afirma que a demanda de turistas vai depender das seleções que terão jogos na capital. A aposta de Fatuch é de que seleções europeias tragam mais turistas.

Dário Paixão, presidente do Curitiba Convention & Visitors Bureau (CCVB), ainda ressalta que o papel da capital na Copa do Mundo é pequeno, já que vai sediar jogos apenas na primeira fase e qualquer ampliação estrutural estaria fadada a posterior ociosidade. Uma pesquisa do Fórum dos Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB) mostra que o nível de ocupação em Curitiba é de 61% enquanto o número sobe para 80% em cidades como São Paulo e Belo Horizonte.

Fonte: Gazeta do Povo

DER padroniza procedimentos para obras de edificação civil

A diretoria técnica do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) promoveu, em Curitiba, uma reunião com chefes de escritórios regionais do órgão, fiscais e coordenadores de obras de todo o Estado. O objetivo foi padronizar procedimentos para obras de edificações civis do governo.

Durante o encontro, as superintendências e gerências regionais apresentaram uma relação de trabalhos em andamento. Também foram discutidos procedimentos de medições, tomadas de aditivos e alterações de projetos. Os participantes ainda receberam orientações nas áreas de licitações, contratos e prazos de execução.

“Teremos muitas obras neste ano”, disse o diretor-geral do DRE, Nelson Farhat, destacando que o governador Beto Richa autorizou, no final de 2011, um plano de obras de R\$ 1,233 bilhão.

“Haverá melhoria na qualidade dos projetos do Estado, pois cada obra contará com a expertise da secretaria a que se destina”, afirmou o secretário da Infraestrutura e Logística, José Richa Filho.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

O quadro técnico de cada pasta conduzirá o processo de contratação e execução das obras, com o apoio e suporte do DER. “É um programa ousado e extenso. Por isso, as áreas de obras rodoviárias e edificações devem estar sintonizadas”, disse o secretário.

Descentralização: Em novembro do ano passado, técnicos de todas as secretarias do Governo do Paraná reuniram-se no DER para discutir o processo de descentralização das obras de edificação no Estado. Com a criação da Secretaria da Infraestrutura e Logística, cada pasta passou a ficar responsável pela contratação e execução das próprias obras.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Energia

Sanepar e Lactec apresentam em congresso práticas de eficiência energética

A preocupação com eficiência energética chega às empresas de saneamento brasileiras. Assim como os setores elétrico e industrial, as companhias responsáveis pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto do País começam a se interessar por produzir o máximo com o menor consumo possível de energia. Algumas tecnologias para aumentar a eficiência energética no setor de saneamento foram apresentadas pelo Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec) e a Sanepar, durante o 2.º Conasa (Congresso Nacional de Melhores Práticas Executivas e Técnicas para o Setor de Saneamento), em São Paulo.

Os serviços do Lactec nesta área vão desde estudos hidrológicos até estudos de efficientização energética, passando pelo desenvolvimento de sistemas computacionais para otimizar a operação de reservatórios.

As possibilidades de estudos foram apresentadas no Conasa pelo superintendente do Lactec, Omar Sabbag Filho. Segundo ele, as companhias de saneamento são grandes consumidoras de energia elétrica, o que demanda uma atenção especial sobre este assunto. “Tomando como base esses dados de consumo de energia elétrica, torná-lo eficiente é um bom negócio, sem dúvida”, afirma o superintendente.

Sabbag apresentou informações sobre algumas parcerias em negociação com a Sanepar. “O quadro especializado do Lactec, a experiência no setor elétrico e também com a Sanepar nos colocam em posição de contribuir com o sistema de saneamento brasileiro”, diz Sabbag.

Entre as práticas de efficientização energética adotadas pela Sanepar, o aproveitamento energético do biogás é um dos projetos de destaque.

De acordo com Charles Carneiro – da Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento da Diretora de Meio Ambiente e Ação Social da Sanepar, a companhia é a maior consumidora de energia elétrica do Paraná e tem nesse consumo o seu segundo maior custo operacional. Isso justifica, segundo Carneiro, investimentos em pesquisa para aumentar a eficiência energética.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Referência: A Sanepar é uma das empresas do ramo no Brasil que mais investe em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Hoje a unidade de pesquisa e desenvolvimento tem 23 pesquisadores. Charles Carneiro diz que a intenção é transformar o Centro de Tecnologias Sustentáveis Sanepar em uma referência para o setor. A unidade prevê o funcionamento de um laboratório de protótipos e projetos de parceria com instituições de ensino superior nacionais e internacionais.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Meio Ambiente

Comissão de Meio Ambiente aprova projeto que proíbe uso do amianto no Estado

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei nº 076/11, de autoria do presidente da comissão, deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB), proibindo o uso e a fabricação de produtos, materiais e artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto, ou outros minerais que, acidentalmente, contenham fibras de amianto na sua composição.

A matéria tramita em regime de urgência e durante sua primeira análise na comissão recebeu parecer contrário da relatora, deputada Cantora Mara Lima (PSDB). O deputado Rasca Rodrigues (PV) pediu vistas e apresentou seu voto em separado, aprovado pela maioria. Mesmo derrotada, a deputada Mara Lima insistiu na proposta de que se forme uma comissão parlamentar para visitar fábricas instaladas no Paraná para ouvir o outro lado da questão. A proposta foi aceita e a própria deputada ficou encarregada de agendar as visitas.

Tendo já passado pelo crivo das comissões de Constituição e Justiça, Indústria e Comércio e Saúde Pública, a matéria segue para Plenário, onde será novamente debatida e poderá receber emendas.

Mineral tóxico: Utilizado na produção de telhas, caixas d'água, guarnições de freio, revestimento de discos de embreagem, tintas, pisos vinílicos e até em tecidos, o mineral comprovadamente provoca câncer e outras doenças fatais (como insuficiência respiratória, asbestose e mesotelioma maligno de pleura), o que já levou 66 países a proibirem o seu uso. No Brasil, seis estados e 20 municípios seguiram o exemplo. Diversas empresas nacionais foram condenadas pela Justiça a indenizar famílias de funcionários vítimas de doenças decorrentes da aspiração do pó de amianto.

Ainda no início deste mês, em decisão considerada histórica, o Tribunal de Justiça de Turim, no norte da Itália, condenou dois ex-diretores da multinacional Eternit a 16 anos de prisão, acusados de provocarem a morte de pelo menos três mil pessoas pelo uso do amianto em suas construções.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Consequências graves: Cheida alerta para a gravidade dos riscos implicados no uso do mineral: “Não há índice de exposição segura. O problema não se concentra apenas nos trabalhadores que produzem artefatos derivados do amianto: todas as pessoas próximas às fábricas, todos os que se utilizam das caixas d’água feitas com amianto, os pedestres que transitam pelas ruas e aspiram o pó invisível do amianto dos freios estão expostos a esse agente cancerígeno. Por ser indestrutível, suas fibras podem ficar 10, 20 ou 30 anos nos pulmões e só então desenvolver a doença”.

Embora o CONAMA já tenha identificado o amianto como resíduo perigoso, o país ainda não possui estatísticas sobre o montante de brasileiros prejudicados pelo uso do amianto. Reconhecendo que a atividade industrial é fundamental para a economia, Cheida pondera que algumas empresas acabam provocando danos que não compensam, tanto na área da saúde quanto na do meio-ambiente: “O banimento do amianto não significa desemprego porque não leva necessariamente ao fechamento de fábricas. As indústrias do segmento podem fazer a adaptação do seu processo de produção, utilizando outros materiais, como já acontece em muitos países. Já foram desenvolvidas matérias primas substitutas”, acrescenta o médico e parlamentar.

Projeto: Além de proibir o uso do amianto pelas fábricas e determinar várias outras providências preventivas, o projeto de Cheida veda aos órgãos públicos da administração direta e indireta a aquisição, utilização ou instalação, em suas edificações e dependências, de materiais que contenham amianto, obriga a afixação de placa indicativa da não utilização do material nas obras públicas estaduais e nas privadas de uso público, e prevê que o Poder Executivo faça uma ampla divulgação dos efeitos nocivos do amianto, bem como promoverá ações para a capacitação técnica dos profissionais da saúde para diagnóstico, prevenção e tratamento da população contaminada.

Fonte: ALEP

Tributos

ALEP dá autonomia para Richa negociar precatórios

Deputados derrubam ferramentas que eles próprios haviam criado para limitar poder do Executivo nas negociações. Agora o governador pode decidir sozinho sobre pagamento de tributos com títulos da dívida judiciária do Estado.

Na primeira votação polêmica de 2012, a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) manteve os principais pontos do veto parcial do Governador Beto Richa (PSDB) ao projeto de lei que prevê anistia a pequenos devedores da Receita Estadual e libera o uso de precatórios no pagamento de débitos tributários estaduais. O projeto original era do próprio governo e havia sido aprovado no

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

ano passado pela Assembleia com modificações que tiravam poder do governo para negociar os débitos e os precatórios (dívidas do governo já reconhecidas pela Justiça). Com a manutenção dos vetos, o Executivo volta a ter mais autonomia.

Com a atuação da esmagadora bancada governista na Casa, não houve dificuldades para aprovar quase todos os trechos vetados pelo tucano. Entre os poucos vetos derrubados, está o que estipula limite de 1% do total da dívida para os honorários dos advogados envolvidos na negociação – o projeto original previa 5%.

Pelo texto aprovado, ficam extintas ações movidas pelo governo, datadas até 31 de dezembro de 2010, cujos valores a receber pelo estado são iguais ou inferiores a R\$ 10 mil. Com a medida, devem ser cancelados 35 mil processos judiciais, que somam R\$ 44 milhões. Além de estimar que 30% das ações serão arquivadas – a maior parte envolvendo empresas inativas –, o governo argumenta que, para se cobrar uma dívida de R\$ 10 mil, o gasto seria de R\$ 14,1 mil.

O projeto prevê ainda que dívidas maiores com a Receita Estadual, datadas até 30 de setembro de 2011, poderão ser pagas em parte com precatórios e o restante em dinheiro, em até 120 parcelas mensais, com redução de juros e multas. Atualmente, estima-se que o estado tenha a receber R\$ 14 bilhões em créditos não pagos à Receita Estadual. Por outro lado, o governo paranaense deve cerca de R\$ 5,5 bilhões por meio de 3 mil precatórios em mãos de credores.

“Desvirtuamento”: Aprovada às pressas no fim de 2011, a proposta recebeu 51 emendas, das quais 24 foram acatadas. Diante da quantidade de alterações no texto original, Richa decidiu vetar a maior parte das mudanças para “não desvirtuar o projeto”, de acordo com palavras do líder do governo na Assembleia, Ademar Traiano (PSDB).

Durante a sessão de 27/02/2012, os deputados mantiveram 9 dos 14 vetos do governador. Um deles garante ao procurador-geral do Estado a última palavra sobre os acordos tributários, independentemente do parecer da Câmara de Conciliação de Precatório, que ainda será criada. Outro exclui a necessidade de que os acordos que venham a ser fechados tenham de ser aprovados pela Assembleia – isso poderá ser feito por decreto do governador.

No entanto, o veto mais polêmico mantido pelos deputados libera os acordos tributários envolvendo créditos sobre os quais haja alguma dúvida administrativa ou judicial, em relação à sua “certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade”. O mais curioso é que esse trecho do projeto foi vetado por Richa, mas era parte do texto original enviado pelo Executivo à Assembleia.

“Essa exigência era a alma do projeto. Da forma como ficou o texto, o governo pode negociar um crédito com alguém que não detém o direito sobre ele e só descobrir isso lá na frente”, criticou o deputado Tadeu Veneri (PT). Ele e mais 12 deputados votaram contra o veto a esse e os outros oito trechos derrubados pelo governador – a votação foi feita em bloco, englobando os nove vetos de uma vez. Os governistas venceram com 39 votos.

Já na votação dos outros cinco vetos, que também foram votados num único bloco, o governo foi derrotado por 48 votos contra 2, após um acordo entre os deputados. O principal deles manteve os honorários advocatícios em 1% do total dos créditos negociados, e não em 5% como queria o Executivo. “Manter os 5% iria apenas onerar os cofres do Estado, que perderia dinheiro [para os advogados]”, afirmou o deputado Enio Verri (PT).

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

CPI dos Devedores de Impostos

Investigação ficará na “geladeira”

Único deputado governista a criticar abertamente o projeto do Executivo, Reni Pereira (PSB) reafirmou que “toda anistia é um prêmio aos inadimplentes”. O parlamentar, que é auditor fiscal, também falou sobre o futuro da CPI dos Grandes Devedores, que foi proposta por ele no ano passado para apurar de que forma a dívida ativa do estado atingiu R\$ 14 bilhões em impostos não pagos ao governo. Segundo ele, como o Executivo a partir de agora abrirá negociações com quem deve dinheiro à Receita, a CPI não será instalada por enquanto. “Se depois disso eles continuarem inadimplentes, aí sim deveremos instalar a comissão”, afirmou.

Até 2010, somente as 150 maiores empresas instaladas no Paraná deviam à Receita Estadual, em conjunto, R\$ 2,4 bilhões, sem contar juros e multas. De acordo com Reni, a CPI serviria justamente para identificar o mecanismo que algumas dessas empresas utilizam, dentro da legislação em vigor, para não pagar impostos à Receita e, mesmo assim, continuar funcionando.

Fonte: Gazeta do Povo

Deputados aprovam projeto que determina a discriminação dos impostos em notas fiscais

Deputado aprovam em terceira discussão o PL 379/2011, do Deputado Roberto Aciolli que determinando a obrigatoriedade, em todo o estado do Paraná, da discriminação na nota fiscal ou nos locais de exposição das mercadorias, dos impostos incidentes sobre os produtos e serviços comercializados. Segundo Aciolli, a proposição prevê mais transparência para a vida do consumidor e contribuinte, em atenção ao que consta no parágrafo 5º, do artigo 150, da Constituição Federal: “A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços”.

Antes da votação o deputado usou a tribuna para falar sobre o projeto, sua importância para a vida do cidadão, destacando a elevada carga tributária existente no país. “Saber quanto se paga de imposto é essencial para que o cidadão se reconheça como contribuinte e passe a exigir do governo a ideal aplicação destes recursos”, garante.

Uma emenda apresentada pelo próprio autor do projeto estabelece que a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) será o órgão responsável pela aplicação e fiscalização da lei. Acrescenta também que o descumprimento da lei implicará na aplicação de multa, “não podendo ser inferior a cinco salários mínimos regionais”. A matéria recebeu também uma emenda aditiva de Plenário e uma em forma de substitutivo geral.

Fonte: ALEP

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Impostos

Proposta pretende reduzir ICMS para produtos farmacêuticos e de higiene

O deputado Fernando Scanavaca (PDT) apresentou projeto de lei com o objetivo de reduzir em 5% a tributação de produtos farmacêuticos e materiais de higiene, inclusive protetores solares – que passariam a receber o mesmo tratamento tributário de gêneros de primeira necessidade. Com isso, a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) passaria de 12% para 7%. No caso de perfumes e cosméticos haveria compensação da alíquota, de 25% para 29%.

O parlamentar defende, invocando mandamentos constitucionais, o princípio da justiça tributária. Portanto, segundo ele, deve haver diferenciação na cobrança para gêneros considerados essenciais. “A Carta Magna, atendendo ao princípio da justiça tributária, orienta que o ICMS seja cobrado em função da essencialidade das mercadorias. Menor carga para os gêneros de primeira necessidade e maior carga tributária para os supérfluos”, justificou o parlamentar em sua proposta.

O projeto prevê ainda que as alterações das alíquotas passem a valer a partir de 1º de janeiro de 2013, embora a lei passe a vigorar após a sanção do governador. A proposta foi apoiada pelos deputados na sessão da última terça-feira (28), assim que protocolada, e agora passa a tramitar pelas comissões técnicas permanentes da Assembleia Legislativa para, em seguida, ser votada em Plenário.

Fonte: ALEP

Veto ao projeto do IPVA é mantido na Assembleia

Em discussão única, foi debatido e mantido pelo Plenário da Assembleia Legislativa o veto parcial nº 009/12, aposto ao projeto de lei nº 932/11, de autoria do Poder Executivo. A matéria normatiza o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para o ano 2012, e foi aprovada no final do ano passado, com emenda parlamentar. O veto, que incidia sobre a emenda, recebeu 28 votos favoráveis e 13 contrários.

A emenda do Legislativo, que possibilitaria o pagamento do IPVA com vencimento segundo o final da placa do veículo, acabou vetada pelo Governo que a considerou contrária ao interesse público: “Se não vetados os incisos V e VI do artigo 1º trarão injustiça e desigualdade aos contribuintes do IPVA, beneficiando os proprietários de veículos cujas placas terminem em número mais alto”, argumentou o Executivo. De acordo com Ademar Traiano (PSDB), líder do Governo, esse parcelamento traria também prejuízos ao Governo. Ele agradeceu o apoio dos parlamentares que votaram pela manutenção do veto parcial.

Em dezembro, quando foi discutido em Plenário, o projeto recebeu três emendas, mas só uma foi aprovada: passou apenas a do deputado Nelson Luersen (PDT), propondo essa dilação para pagamento do IPVA por final de placa. Luersen voltou a explicar que a proposta era de interesse social e resultado de inúmeras solicitações recebidas dos cidadãos que no início do ano se

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

deparam com inúmeras outras despesas. Igualmente enalteceu os deputados que apoiaram sua iniciativa, e disse entender a decisão o Governo. Na opinião dele, sua emenda se torna praticamente “inócua” neste momento, pois muitos paranaenses inclusive já pagaram o IPVA.

Fonte: ALEP

Política Social

Veto a projeto de incentivo à cultura tem votação adiada

O Plenário da Assembleia Legislativa decidiu adiar por dez sessões a apreciação ao veto parcial nº 008/12, aposto ao projeto de lei nº 952/11, de autoria do Poder Executivo. Essa proposição cria o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE), que passa a constituir-se como principal mecanismo de financiamento à produção, circulação de bens culturais e artísticos, e para a preservação do patrimônio cultural, tendo como finalidade promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual de Cultura e do incentivo fiscal em projetos culturais. A retirada de pauta do veto atendeu a um requerimento assinado pelo líder do Governo, deputado Ademar Traiano (PSDB), e pelo líder da Oposição, deputado Elton Welter (PT). “Vamos nos reunir com os secretários da Fazenda (Luiz Carlos Haully) e da Cultura (Paulino Viapiana) para melhor esclarecer os objetivos do veto”, explicou o deputado Péricles de Mello (PT), autor das partes da proposição vetadas pelo Executivo. Ele acredita que o Governo está sensível às questões da cultura e há possibilidade desse veto ser anulado.

Mais recursos: O Governo vetou a emenda, que prevê aumento de recursos para a cultura, argumentando que ela é contrária ao interesse público. A emenda autoriza o Executivo a conceder até 5% do valor do imposto de renda destinados pelas empresas a projetos culturais paranaenses, por meio das leis federais Rouanet e do audiovisual, em isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A proposta de Péricles foi apresentada no final do ano passado, quando o projeto de lei passou pela Assembleia Legislativa.

No Plenário, o autor da emenda voltou a pedir apoio para a derrubada deste veto. Na avaliação de Péricles, a isenção de 5% do ICMS poderia elevar em até 20 vezes os recursos da Lei Rouanet para a cultura. “Se o Estado conceder R\$ 10 milhões em isenção do ICMS significa que o empresariado destinou R\$ 200 milhões para projetos culturais, por meio da Lei”, argumentou o parlamentar. Ele enfatizou ainda que o potencial de investimento pela Lei Rouanet é de R\$ 250 milhões por ano, mas as empresas paranaenses que recolhem imposto de renda aplicam apenas R\$ 40 milhões, cerca de 16% do que poderia ser investido no setor. “Esse incentivo estimularia a classe empresarial a valorizar a cultura do nosso estado, abrindo espaço para a classe artística concretizar seus projetos”, acrescentou ainda Péricles.

O Programa de Fomento e Incentivo à Cultura busca também estimular o desenvolvimento cultural do estado em todas as regiões, fomentar a pesquisa nos diversos campos da cultura,

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

propiciar a formação e aperfeiçoamento de agentes culturais e valorizar e difundir as manifestações artístico-culturais paranaenses. Antes de apresentar a proposição, a Secretaria de Estado da Cultura realizou 15 audiências públicas, duas na capital e 13 no interior do Estado.

Fonte: ALEP

Questões Institucionais

Assembleia passa a contar com Centro de Apoio Legislativo

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), anunciou que a Comissão Executiva está colocando à disposição de todos os deputados os serviços do Centro de Apoio Legislativo, organismo proposto com o objetivo de realizar pesquisas e auxiliar na elaboração de proposições: “Cumprimos assim mais uma etapa no compromisso de construir uma Assembleia moderna e preocupada em oferecer melhores serviços aos seus parlamentares”, afirmou, acrescentando que a iniciativa tem caráter experimental e será avaliada por seus usuários.

Rossoni anunciou também a reestruturação da Escola do Legislativo, cujo regimento interno foi aprovado há sete anos, mas não saiu do papel. O projeto de resolução encaminhado ao Plenário estabelece a estrutura básica e os princípios que deverão reger o funcionamento da escola, com a criação de dois conselhos: um superior, de cunho deliberativo, e outro gestor, encarregado da execução das políticas definidas pelo conselho deliberativo. O objetivo primordial da iniciativa é a formação e melhoria da qualidade do servidor da Assembleia Legislativa em todos os níveis e não prevê nenhum novo cargo nem forma de remuneração para quem vier a integrá-la: “A Assembleia continuará economizando, mas não vamos poupar esforços no sentido de qualificar nossos funcionários e aprimorar a qualidade da produção legislativa”, declarou o presidente.

Centro de Apoio: O Centro de Apoio, que começa a funcionar no âmbito da Diretoria Legislativa, é composto por seis técnicos selecionados entre servidores que já fazem parte do quadro administrativo da Assembleia, e utilizará espaço físico e equipamentos que foram disponibilizados após a reforma empreendida pela atual Comissão Executiva. Embora suas atividades façam parte da atribuição institucional dessa diretoria, não vinham sendo executadas por falta de uma estrutura adequada para tanto.

A proposta da Diretoria Legislativa é difundir a informação e o conhecimento pertinentes à produção legislativa, interagindo com as assessorias de gabinetes, principalmente na elaboração de propostas de lei. Mas atuará conforme a demanda, partindo a iniciativa, sempre, dos próprios deputados.

“O Centro vem ao encontro de uma das metas principais da atual Comissão Executiva, que é a melhoria da produção legislativa, garantindo maior transparência ao processo de elaboração de novos projetos. Com a oferta dessa assistência aos parlamentares pretendemos também

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

incrementar uma maior integração de seus gabinetes à estrutura administrativa da Casa”, explica o diretor Mauro Borges. Ele adianta ainda que nesta semana serão distribuídas aos deputados cópias do Regimento Interno da Casa com as alterações introduzidas até o ano passado. O documento servirá de base para as sugestões de reforma que devem ser apresentadas até o dia 15 de março.

Escola: Semelhante à Escola de Governo do Poder Executivo, a da Assembleia será constituída por um conselho deliberativo presidido pelo titular da Comissão Executiva, e secretariado pelo 1º secretário da Casa. Participarão ainda o diretor-geral e seis representantes indicados pelas lideranças partidárias. O conselho gestor será formado pelos diretores legislativo e de pessoal, além de um membro indicado pela Comissão Executiva.

A estrutura proposta prevê ainda a criação de câmaras técnicas, temporárias, para tratar de temas específicos conforme o diagnóstico levantado à priori pelos conselhos.

A ideia, além do aperfeiçoamento dos servidores do Legislativo, é abrir a estrutura que vier a ser montada à comunidade, em especial às Câmaras Municipais, com a oferta de cursos e seminários regionais para vereadores e servidores na área do processo legislativo. Para a tarefa, a Escola vai contar com a parceria da TV Sinal, como importante instrumento de difusão da cultura legislativa no Estado e fará convênios e parcerias com centros de formação profissional e outras instituições de ensino.

Fonte: ALEP

Cesar Silvestri Filho fala sobre mudanças no Regimento Interno da Assembleia

Durante a gravação do Programa Tudo é Política, da TV Sinal, o deputado Cesar Silvestri Filho (PPS) falou sobre as mudanças que devem acontecer no Regimento Interno da Assembleia Legislativa ainda no primeiro trimestre de 2012. Vários setores da Casa estão envolvidos nesse trabalho, principalmente a Diretoria Legislativa, que já listou alguns temas carentes de definições mais precisas, como é o caso da avaliação proposta por Silvestri Filho, sobre os recursos dos parlamentares contra parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a projetos de lei.

Segundo o deputado, é necessária que seja adotada uma disciplina mais rígida para a admissão destes recursos, já que não há muita lógica numa segunda análise de matéria pelo mesmo colegiado que a rejeitou. “Nós fazemos um trabalho técnico na CCJ, avaliando a constitucionalidade dos projetos, ou seja, uma análise para saber se esses projetos podem ou não se tornar Leis, mas uma vez que a Comissão perde o poder de fazer esse filtro, nós podemos criar na sociedade a expectativa sobre vários projetos que aparentemente parecem positivos, mas que assim que aprovados podem ser derrubados a qualquer momento, já que qualquer cidadão pode questionar a constitucionalidade do projeto”, avalia.

Outros membros da comissão também sugeriram mudanças na sistemática. Alguns defendem que só as proposições derrubadas por margem estreita de votos mereceriam uma segunda

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

análise. Cesar Silvestri Filho adiantou que uma das propostas em exame, em relação à apresentação de recursos, é que isso só se dê quando a matéria provocar manifestações contraditórias e seu autor obtiver o apoio formal de 28 parlamentares em Plenário, o que representa a maioria absoluta.

Nas mudanças do Regimento Interno ainda serão debatidos o quórum mínimo para a abertura das sessões, a tramitação dos vetos, a contagem de prazo e as hipóteses de promulgação de leis, o protocolo de proposições dentro da sessão plenária, o número de sessões extraordinárias que podem ser realizadas num único dia, fixação de prazo para encaminhamento de votações, regulamentação da Tribuna Livre, entre vários outros itens.

Na forma de projeto de resolução, as propostas dos deputados serão depois submetidas a discussões em Plenário. O atual Regimento tomou forma através da Resolução nº1, de 1º de março de 2005, que revogou a Resolução nº 159, de 28 de dezembro de 1990.

Fonte: ALEP

Relações do Trabalho

Saúde alerta sobre lesões causadas por movimentos repetitivos no trabalho

A Secretaria de Estado Saúde fez dia 29/02/2012 – Dia Internacional de Prevenção às LER/Dort – um alerta sobre os riscos para a saúde decorrentes do trabalho. A secretaria lembra que as atividades desempenhadas e as condições dos postos de trabalho influenciam diretamente na saúde do trabalhador e, caso sejam inadequadas, podem causar problemas sérios à integridade física e mental.

O Dia Internacional de Prevenção às LER/Dort foi instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e ocorre sempre no último dia de fevereiro de cada ano.

Países industrializados, como Inglaterra, Japão, Estados Unidos e Austrália, já registraram epidemias de Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho. No Brasil, o número de casos cresce a cada ano. “Doenças relacionadas ao trabalho evoluem de forma lenta e progressiva. Por isso é necessário realizar um diagnóstico precoce, possibilitando um tratamento eficaz e evitando a ocorrência de possíveis sequelas que dificultam a vida profissional da pessoa”, afirmou o superintendente de Vigilância em Saúde, Sezifredo Paz.

No Paraná a situação é de alerta. De 2006 a 2011 foram notificados 302 casos de LER/Dort. Curitiba e Região Metropolitana lideram o ranking estadual, com 145 ocorrências. Em seguida vem a região de Londrina, que apresentou 100 casos neste mesmo período.

Em relação à faixa etária, a incidência é maior entre trabalhadores de 30 a 49 anos, que representaram 63% do total de casos. “Os dados demonstram que quanto maior o tempo de exposição do trabalhador a um determinado fator de risco, mais rápido esse tipo de doença se desenvolve”, constatou o diretor do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador, José Lúcio dos Santos.

nº 09. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 02 de março de 2012

Com a implantação da Política Estadual de Saúde do Trabalhador, construída a partir dos 22 ciclos de debates realizados em 2011, o Estado conta com estruturas regionais que fazem um acompanhamento dos casos de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho de forma focal. São nove Centros de Referências Especializados em Saúde do Trabalhador e 22 núcleos regionais em funcionamento no Paraná.

As LER/Dort são síndromes que afetam o sistema musculoesquelético e se caracterizam por como dor crônica, fadiga muscular e parestesia (formigamento) nos membros superiores, ombro e pescoço. Esses agravos também podem ocasionar problemas psicológicos, visto que o afastamento temporário ou permanente das funções pode prejudicar o bem-estar mental do trabalhador.

“Essas Lesões e Distúrbios atingem várias categorias profissionais, contudo a preocupação é maior no setor industrial, principalmente nas linhas de produção, onde são comuns jornadas de trabalho longas e com repetição de movimentos”, explicou o diretor do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador, José Lúcio dos Santos.

Neste ano o Ministério da Saúde lançou o “Protocolo de Dor Associada ao Trabalho” que contém orientações direcionadas a profissionais de saúde sobre os procedimentos da assistência ao trabalhador. O protocolo pode ser acessado no link www.sesa.pr.gov.br/arquivos/File/Protocolo_LER_DORT.pdf

Confira os fatores de risco para o desenvolvimento de LER/Dort:

- Trabalho automatizado, sob pressão, em que trabalhador não tem controle sobre suas atividades (caixa, digitador, operador de telemarketing e outros);
- Obrigatoriedade de manter o ritmo acelerado para garantir a produção;
- Trabalho fragmentado, em que cada um exerce uma única tarefa de forma repetitiva (linha de produção);
- Trabalho rigidamente hierarquizado, sob pressão permanente das chefias;
- Número insuficiente de funcionários;
- Jornadas prolongadas de trabalho, com frequente realização de horas extras;
- Ausência de pausas em ambientes frios, com ruídos e mal ventilados.
- Mobiliário inadequado (cadeiras, mesas etc.) que obriga a adoção de posturas incorretas do corpo durante a jornada de trabalho.

Fonte: Agência Estadual de Notícias